

Justiça quebra o sigilo de Queiroz e Flávio Bolsonaro

HORA DO POVO

ANO XXIX - Nº 3.70715 e 16 de Maio de 2019

★

★

★

★

★



Também quebrado sigilos da mulher e da mãe do miliciano Adriano Nóbrega

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) autorizou a quebra de sigilo do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, e do ex-policial militar Fabrício Queiroz. O pedido foi feito pelo Ministério Público. A quebra se estende também a outros 88 ex-funcionários do gabinete, entre eles Danielle Nóbrega e Raimunda Magalhães, mulher e mãe do ex-PM Adriano Magalhães da Nóbrega, tido pelo Ministério Público como chefe do Escritório do Crime, organização de milicianos suspeita de envolvimento no assassinato de Marielle Franco. **Página 3**

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Reprodução do Youtube

“Comam depois de setembro”, diz o ministro sobre corte de 30% das verbas do ensino

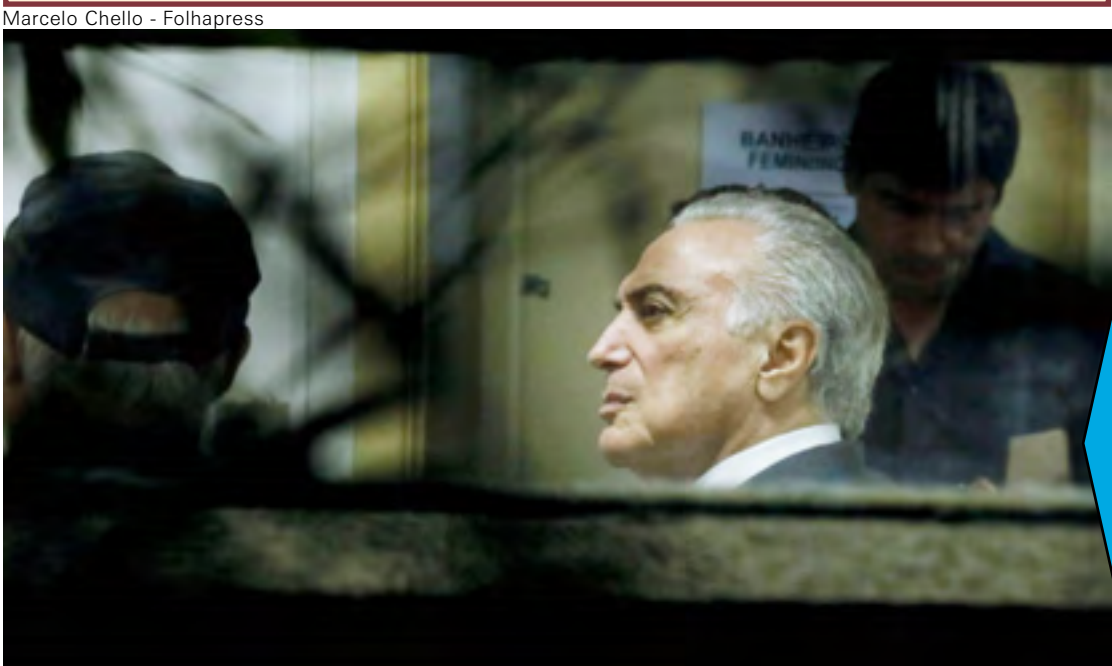
O ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, fez uso de chocolates para explicar à claqué bolsonarista na internet qual o impacto do corte de ao menos 30% da verba de custeio das instituições federais de ensino, da educação básica ao ensino universitário. “Três chocolatezinhos e meio. Esses três chocolatezinhos e meio a gente não está falando para a pessoa que vai cortar. Não está cortado. Deixa para comer depois de setembro. É só isso que a gente tá pedindo. Isso é segurar um pouco”, debochou o ministro, que, por um bom motivo, foi reprovado no primeiro ano da faculdade de economia. Anteriormente, ao confirmar o corte de 30% da verba de custeio nas universidades federais UFF, UnB e UFBA, ele havia afirmado que o corte se daria em universidades que “promovessem balbúrdia”. Em seguida, estendeu o corte a todas instituições federais de ensino. **Página 4**

Decreto de Bolsonaro sobre armas além de ilegal é inconstitucional



Policiais civis e federais param contra ataque às aposentadorias

“Perdemos todos os direitos conquistados há décadas e perderemos todos na reforma da Previdência”, afirmou o Sindicato dos Policiais Civis da Região de Campinas (Foto). Por todo o país houve protesto e paralisações da polícia nesta segunda-feira (13). **Página 5**



No Congresso, o ex-juiz e atual ministro Sérgio Moro disse, no dia 8, que o decreto de liberação das armas de fogo, assinado por Bolsonaro no dia anterior, “não tem a ver com a segurança pública”. Mas com a insegurança pública tem. Até mesmo as penas definidas pela lei são modificadas – abrandadas – pelo decreto, como se a vontade de Bolsonaro pudesse prevalecer contra a legislação aprovada pelo Congresso. Um pequeno exemplo: Imaginemos que – como o assassino de Marielle e Anderson, aquele que morava na mesma rua de Bolsonaro – um “miliciano” tenha 117 armas privativas das Forças Armadas, digamos, numa casa do Méier, no Rio. Pelo decreto de Bolsonaro, esse indivíduo poderia ser considerado “coleccionador”. **P. 3**

Para Itaú e Bradesco, país entrou em recessão no primeiro trimestre

Os bancos Itaú e Bradesco já estão projetando um quadro de recessão para o primeiro trimestre do ano. Segundo o Itaú, o recuo da economia será -0,2%. O Bradesco avalia que a queda na produção industrial foi maior que o esperado. “A produção industrial de março confirmou que o setor não apresenta sinais de retomada, com praticamente todas as aberturas registrando queda”, afirma o relatório do Bradesco, que estima a variação do PIB no período em -0,2%. **P. 2**

De olho na Cessão Onerosa, presidente mundial da Shell se reúne com Jair Bolsonaro

De olho nas áreas excedentes da Cessão Onerosa da Petrobrás no pré-sal, o presidente mundial da Shell, Ben van Beurden, se encontrou na quarta-feira (8) com Bolsonaro para expressar a “confiança e comprometimento” da multinacional anglo-holandesa nos planos do governo de repassar as reservas brasileiras ao cartel internacional. **Pág. 2**



Transferido, Temer fica preso no quartel da PM em São Paulo

Por decisão da juíza Carolina Figueiredo, da 7ª Vara Federal Criminal, no Rio de Janeiro, Michel Temer foi transferido da sede da PF em São Paulo para o Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar de São Paulo. Temer está preso desde a última quinta-feira (13), quando a 1ª Turma do TRF-2 revogou habeas corpus. **Pág. 3**

Governo desvia 43,5 bi para bancos, corta 30 bi do Orçamento e prepara novo bloqueio

Enfrentando enorme resistência da sociedade em aprovar o desmonte da Previdência Social, para tirar R\$ 1,2 trilhão dos mais pobres e entregar a bancos, Bolsonaro afronta a nação ameaçando ampliar os cortes nos recursos públicos caso sua reforma não seja aprovada.

Em março, o governo bloqueou cerca de R\$ 30 bilhões do Orçamento, atingindo todos os ministérios. Os maiores cortes ocorreram na Educação e na Defesa. Em maio, remanejou os recursos contingenciados e ampliou o corte em 11 ministérios. A Educação foi a pasta mais atingida, totalizando um corte de R\$ 7,4 bilhões nos gastos em custeio e investimentos.

Segundo declarou o secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, em evento no Rio de Janeiro, na quinta-feira (9), o governo prepara novo corte no Orçamento. Diz ele, o anúncio deve ser feito no próximo dia 22 de maio, quando o ministério divulga o relatório bimestral de receitas e despesas.

O secretário do ministro Paulo Guedes alegou que os cortes são necessários porque a economia estaria no fundo do poço, mas a receita de Bolsonaro e Guedes é que está levando e mantendo a economia no fundo do poço: arrocho fiscal, cortes dos investimentos públicos, arrocho no crédito, nos salários e privatizações.

JUROS

Em março, quando o governo anunciou o congelamento de R\$ 30 bilhões do orçamento, transferiu aos cofres dos bancos a título de pagamento de juros R\$ 43,5 bilhões do dinheiro público. Um aumento em relação aos R\$ 32,5 bilhões desviados no mesmo mês do ano passado. No acumulado em 12 meses, foram torrados com juros R\$384,5 bilhões (5,55% do PIB).

Com todos os institutos reduzindo suas projeções para o crescimento do PIB, o governo alardeia que sem reforma o país não sai da crise, que a máquina pública vai parar, entre outras mentiras. Mas o que interessa ao governo é garantir a transferência dos recursos públicos para bancos, metendo a mão na Previdência Social.

Como registrou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em seu manifesto ao povo brasileiro: “A opção por um *liberalismo exacerbado e perverso, que desidrata o Estado quase ao ponto de eliminá-lo, ignorando as políticas sociais de vital importância para a maioria da população, favorece o aumento das desigualdades e a concentração de renda em níveis intoleráveis, tornando os ricos mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres*”. Para a CNBB, “*Nenhuma reforma será eticamente aceitável se lesar os mais pobres*”.

EDUCAÇÃO

O anúncio do corte de 30% nas universidades pelo ministro da Educação, a pretexto de priorizar o ensino básico – depois de chamar de “balbúrdia” as universidades públicas, gerou um enorme repúdio da comunidade acadêmica, que vem se manifestando diariamente de norte a sul do país, com amplo apoio da sociedade.

A equipe de Bolsonaro bloqueou R\$ 2,4 bilhões de recursos previstos para programas da educação infantil ao ensino médio. Os recursos das universidades, institutos federais e hospitais universitários foram bloqueados em R\$ 2,2 bilhões.

DEFESA

A Defesa foi a segunda pasta mais atingida pelo corte de R\$ 30 bilhões no Orçamento da União. O bloqueio feito em março foi ampliado de 21% para 44%. Uma retirada de R\$ 5,8 bilhões dos R\$ 13,1 bilhões das Forças Armadas do Brasil.

Bancos pioram previsão para PIB e veem recessão no 1º trimestre

Vendas do comércio caem 4,5%

As vendas do comércio varejista do país caíram -4,5% em março ante o mesmo mês do ano passado, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (09). A queda é a mais intensa desde dezembro de 2016 e teve como principal contribuição o tombo nas vendas de supermercados, que no período caíram -5,7%.

O segmento de supermercados responde por 48,6% do total do varejo (em volume) e sua queda é um sintoma de que as famílias estão consumindo menos produtos de primeira necessidade – como alimentos e produtos de higiene pessoal.

A conjuntura econômica que mantém o desemprego a níveis elevados e a renda arrochada tem grande influência nos resultados do varejo em geral e, por consequência, nas vendas do segmento de supermercados, que também caíram na passagem de fevereiro para março: -0,4%.

Na comparação com fevereiro, as vendas do comércio varejista variaram apenas 0,3% na série com ajuste sazonal (acerto que se faz em função da variação de estação), após registrar ZERO em fevereiro (0,0%).

Na comparação março a março, a queda no varejo foi generalizada também entre os outros segmentos e apenas duas das oito atividades tiveram resultados positivos. Além das vendas em supermercados, combustíveis e lubrificantes caíram -4,3%; tecidos, vestuário e calçados -5,7%; móveis e eletrodomésticos -4,8%; outros artigos de uso pessoal de doméstico -3,3%; e livros e jornais surpreendentes -36,7%. Apenas produtos farmacêuticos e de escritório tiveram alta.

Varejo ampliado recua 3,4%

No comércio varejista ampliando, que inclui, além das atividades acima, as vendas de material de construção e veículos, a média nacional em março foi de queda de -3,4% sobre março de 2018, com recuos registrados no segmento de automóveis de -1,2% e de -0,4% para as vendas de materiais de construção.

Leia mais: <https://horadopovo.org.br/vendas-do-comercio-caem-45-em-marco-diz-ibge/>

Bolsonaro vai torrar mais 59 bens públicos

O governo Bolsonaro anunciou na terça-feira (8) a inclusão de mais 59 bens públicos no pacote de privatizações, o chamado PPI – Programa de Parcerias de Investimentos, pasta vinculada à Secretaria de Governo.

Estão incluídos no programa de entrega para grupos privados – com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – 105 bens públicos. As áreas atingidas, segundo nota do Conselho do PPI, são: “Agricultura e Abastecimento, Aeroportuária, Defesa, Direito Exploratório Mineral, Energia, Fazenda, Ferroviário, Geração, Rodoviário, Terminais Portuários, Transmissão, Comercialização, Hidrovias e Infraestrutura Hídrica”.

Além da privatização de 14,5 mil quilômetros de rodovias, 22 aeroportos, ferrovias, portos, hidrovias e linhas de transmissão, entre outros, o governo incluiu o leilão de petróleo no pré-sal da área de Cessão Onerosa da Petrobrás e a Usina Nuclear de Angra 3.

Leia mais: <https://horadopovo.org.br/governo-anuncia-que-vai-torrar-mais-59-bens-publicos-no-programa-de-privatizacao/>



Edilson Dantas / Agência O Globo

SP: fila por emprego em março deste ano

De olho na Cessão Onerosa, presidente mundial da Shell se encontra com Bolsonaro

De olho nas áreas excedentes na chamada Cessão Onerosa da Petrobrás no pré-sal, o presidente mundial da Shell, Ben van Beurden, se encontrou na quarta-feira (8) com Bolsonaro para expressar a “confiança e comprometimento” da multinacional anglo-holandesa nos planos do governo de repassar as reservas brasileiras ao cartel internacional do petróleo.

Ben van Beurden estava acompanhado do presidente da Shell no Brasil, André Araujo, e o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ele declarou que vê o leilão dos excedentes da Cessão Onerosa, previsto para 28 de outubro deste ano, como um “atrativo”, visto que as reservas já estão aprovadas e em produção. Ou seja, já está tudo pronto para começar a lucrar.

A Shell abocanhou junto com a francesa Total 40% do megacampo de Libra, a maior descoberta da Petrobrás no pré-sal, no primeiro leilão, ainda no governo Dilma. Hoje a petroleira explora o Parque das Conchas e Bijupirá-Salema (Bacia de Campos) e integra o consórcio da Petrobrás

nos campos de Lula e Sapinhoá no pré-sal.

Em abril, o governo Bolsonaro anunciou que pretende vender 21 bilhões de barris de petróleo das áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, da Cessão Onerosa da Petrobrás.

De acordo com o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, o governo está cometendo um crime gravíssimo contra o patrimônio brasileiro ao pretender entregar reservas de petróleo ao capital estrangeiro por um preço de “banana”.

“O governo pretende leiloar quase 21 bilhões de barris descobertos pela própria estatal, às custas de arrecadar no máximo R\$ 100 bilhões a título de bônus. Esses 21 bilhões de barris, ao custo de US\$ 65 o barril, e com um custo total de produção por barril de US\$ 25, renderá cerca de US\$ 800 bilhões a quem se apoderar do petróleo, ou seja, ao câmbio de hoje, o lucro das multinacionais com a comercialização deste produto poderá chegar a R\$ 3,2 trilhões”, denunciou o engenheiro.

Com informações do Valor Econômico

Produção industrial paulista encolhe 7,3%

A queda na produção da indústria em março foi generalizada e atingiu 9 das 15 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A redução de -1,3% observada no volume de produção em âmbito nacional sobre fevereiro veio principalmente dos tombos das indústrias de São Paulo e Pará, conforme divulgou o instituto nesta quarta-feira (08).

Apenas de um mês para o outro, a produção em São Paulo recuou -1,3% em março, mesmo índice da média nacional. Não foi a queda regional mais intensa, mas a indústria paulista, responsável por 34% da produção nacional, tem o maior e mais catastrófico impacto sobre a indústria geral. Mas o dado mais expressivo se refere à comparação anual: a indústria da maior e mais desenvolvida região do país caiu -7,3% sobre março de 2018 – o pior resultado para um mês de março desde 2016. Também foi a queda mais intensa desde abril do ano passado.

De acordo com o IBGE, o patamar da produção paulista está 21,6% abaixo do seu ponto mais alto, registrado em 2011.

Ao fenômeno que fez com que as fábricas paulistas

derrubassem desta maneira a produção de um mês para o outro, o IBGE atribui as dificuldades da indústria automobilística, sobretudo localizada na ABC paulista.

Norte e Nordeste

Na comparação com fevereiro, a produção de março também sofreu, além do baque vindo de São Paulo, grande impacto das indústrias do Pará, cujo recuo em apenas 30 dias foi de -11,3%. Segundo o IBGE, a paralisação de unidades extrativas no Estado tiveram a principal contribuição.

Mas a indústria paraense também recuou sobre março do ano passado, e não foi pouco: -12,5%. Na comparação anual, regiões como Amazonas (-10,8%), Espírito Santo (-11,1%), Mato Grosso (-12,3%) tiveram quedas acima dos dois dígitos. Nesta base, a queda foi generalizada em 12 das 15 regiões pesquisadas, com destaque para a Região Nordeste (-7%), Pernambuco (-4,4%) e Bahia (-6,6%). A média nacional sobre março de 2018 foi de queda de -6,1%.

Leia mais: <https://horadopovo.org.br/producao-industrial-paulista-desaba-73-em-marco/>

Itaú e Bradesco estimam queda de 0,2% na economia brasileira no primeiro trimestre

O Itaú Unibanco e o Bradesco pioraram as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país – deste ano e preveem queda na economia no primeiro trimestre.

Nesta segunda-feira (13), o Itaú divulgou que revisou suas expectativas para o PIB de queda de 0,1% para 0,2% no primeiro trimestre na comparação com o quarto trimestre do ano passado, após ajuste sazonal.

Segundo relatório do Bradesco, divulgado na sexta-feira (10), a economia encolheu 0,2% nos três primeiros meses do ano em relação aos últimos três meses do ano passado. “A produção industrial de março confirmou que o setor não apresenta sinais de retomada, com praticamente todas as aberturas registrando queda desde meados do ano passado”, disse o banco.

“Reconhecemos que o ritmo de crescimento no começo de ano ficou aquém do esperado e revisamos a expectativa de alta do PIB de 2019, de 1,9% para 1,1%”, informou o banco em relatório assinado pelo economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa.

O Itaú também disse que não espera nada além de 1% de expansão do PIB, o que seria um resultado ainda pior que o do ano passado.

FOCUS

O Banco Central divulgou, nesta segunda-feira (13), o Boletim Focus. Pela 11ª semana consecutiva os representantes do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central (BC) reduziram a previsão de crescimento da economia em 2019. A estimativa para o resultado do PIB que na semana passada pela primeira vez no ano ficou abaixo dos 1,5% (1,49%), foi revisada para 1,45%.

No início de 2019, este mesmo mercado que agora prevê o Brasil nas margens da recessão, estimava crescimento de 2,53%. De lá para cá, as previsões vêm caindo a cada semana.

O gráfico que ilustra a velocidade da redução das expectativas do Focus impressiona, mas a divulgação dos últimos dados sobre queda no volume de produção da indústria brasileira, aumento do desemprego e recuo nas

vendas do varejo e dos serviços fez com que os bancos revisassem suas previsões para o PIB.

Há quem oportunisticamente diga que o condicionante para as expectativas frustradas tem qualquer coisa a ver com as articulações emperreadas para a reforma da Previdência.

De olho nos recursos da Previdência Social, o Itaú afirma que a reforma será “um gatilho para o crescimento”. Do banco, é claro, que lucra com as abusivas taxas de juros. E ainda chantageia: “não há espaço para cortes nas taxas de juros antes que a reforma seja votada, mas haverá após sua aprovação”, asseverou o Itaú, que teve um lucro líquido no primeiro trimestre de R\$ 6,877 bilhões. Um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Entretanto, apesar da vocação do mercado para tudo que é especulativo, as previsões se baseiam mesmo em uma economia completamente arrasada, com o consumo no chão, o desemprego elevado e investimento zero.

A família Setúbal pode muito bem ser defensora fervorosa da reforma que pretende passar para os bancos a tutela dos benefícios previdenciários, mas atribuiu a redução à revisão ao PIB industrial do primeiro trimestre. O Bradesco também citou, em nota, a criação de empregos que está “desacelerando”.

Segundo o boletim Focus, a projeção para a alta da produção industrial de 2019 caiu de 1,76% para 1,70%. Há um mês, estava em 2,30%.

AJUSTE

A crise é resultado justamente da aplicação de uma política perversa de “ajuste” e retirada de direitos e as reformas pretendidas apenas aprofundarão a recessão e a desigualdade. Vide a reforma trabalhista aprovada sob a justificativa de que era necessário facilitar os regimes de contratação para criação de mais empregos. O desemprego explodiu no país: 13,4 milhões de brasileiros.

O “ajuste” fiscal levou o país à recessão em 2015/2016, com o PIB negativo em 3,5% e 3,3% respectivamente (dados revisados pelo IBGE). Em 2017, o PIB foi de 1,1% e 2018 repetiu o fraco desempenho do ano anterior.

Cresce o número de famílias endividadadas

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), na terça-feira (7), mostra que em abril o percentual de famílias brasileiras endividadadas aumentou 0,3 ponto percentual em relação a março, atingindo 62,7%. É a quarta alta seguida.

Na comparação com o ano passado, houve um aumento expressivo de 2,5 p.p, quando o indicador foi de 60,2% do total de famílias.

O percentual de famílias consideradas inadimplentes, ou seja, com dívidas ou contas em atraso, também aumentou em abril, se comparado ao mês anterior, pas-

sando de 23,4% para 23,9%.

O número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso também aumentou na comparação mensal, passando de 9,4% no mês passado para 9,5% este mês.

Diante do desemprego e da renda apertada, muitas famílias recorrem ao crédito, que cobram taxas de juros extorsivas. O principal tipo de dívida apontada por 77,6% das famílias é o cartão de crédito, seguido por carnês (15,3%), e, em terceiro, por financiamento de carro (10,0%). Além disso, o salário não acompanha as altas nas contas de luz, água e dos combustíveis, como o recente aumento no preço do gás.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Paula Mascarenhas, prefeita de Pelotas Prefeita do PSDB denuncia cortes nas universidades: 'Pelotas entrará em colapso'

A prefeita do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Paula Mascarenhas, do PSDB, denunciou, na sexta-feira (10), em vídeo divulgado em suas redes sociais, que os cortes de verbas nas universidades e Institutos Federais vão atingir em cheio a cidade.

Ela chamou a atenção para os impactos negativos que essas medidas trarão para a cidade de Pelotas, ao atingir a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Instituto Federal da cidade (IFSul).

“Essas medidas vão impactar não só essas duas instituições federais, mas toda a nossa população”, afirmou. “Por exemplo”, acrescentou a prefeita tucana, “com o corte na UFPel nós teremos três unidades básicas de saúde, que temos em parceria com a universidade, com as portas fechadas”.

Segundo Mascarenhas, “o atendimento de saúde bucal em Pelotas será reduzido à metade e os 180 leitos hospitalares SUS, disponibilizados pela UFPel, ficarão comprometidos”. “Isso vai prejudicar também os pacientes de câncer, de HIV e até o tratamento dos autistas”, alertou.

“O nosso centro materno infantil, que estamos construindo com a UFPel, e que vai funcionar lá onde seria a UPA B, também fica comprometido. Ou seja, a saúde da nossa cidade poderá entrar em colapso”, observou.

“Na educação municipal”, disse a prefeita, “nós poderemos ver encerrado o projeto Saúde na Escola, que beneficia milhares de crianças e jovens da nossa rede municipal, com o atendimento bucal e o atendimento oftalmológico”.

“E isso sem contar com o prejuízo econômico que a cidade pode viver se a UFPel e o IFSul tiverem reduzidos os seus repasses”, observou Paula Mascarenhas. “São centenas, até milhares de pessoas empregadas por essas duas instituições que fazem com isso girar a roda da economia”, frisou a prefeita do PSDB.

A gestora municipal alertou que “esse problema pode causar desemprego em massa e também afastar os estudantes, milhares de estudantes que vêm de outros locais do país para Pelotas, e que necessitam muito do auxílio-moradia e dos serviços do restaurante universitário”.

Ela lembrou também que “Pelotas é reconhecida no Brasil como um polo educacional, de formação de profissionais extremamente competentes, com destaque para a área de pesquisa”.

“Por exemplo, é de Pelotas e atua na Universidade Federal, o Doutor Cesar Victora, que é um dos maiores pesquisadores mundiais, destaque na área da Saúde Pública”, prosseguiu a chefe do Executivo municipal.

“Todos nós sabemos que a crise não começou hoje. Ela atinge profundamente o país, os Estados e os municípios. Como gestora municipal, eu compreendo a necessidade de cortes orçamentários, de contingenciamentos, mas isso é preciso ser feito de forma planejada, de forma organizada, criteriosa e com muito diálogo”, afirmou a prefeita.

“Eu espero que o governo federal reveja esses cortes e conclamo a sociedade de Pelotas para que se mobilize em defesa da UFPel e do IFSul, que são duas grandes instituições, fundamentais para a nossa vida econômica e social e para o desenvolvimento do nosso município”, completou Paula Mascarenhas.

Temer é transferido para quartel da PM

Por decisão da juíza Carolina Figueiredo, da 7ª Vara Federal Criminal, no Rio de Janeiro, Michel Temer foi transferido da sede da Polícia Federal em São Paulo para o Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar de São Paulo.

Michel Temer está preso desde a última quinta-feira (13), quando a 1ª Turma do Tribu-

nal Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu pela revogação do habeas corpus que o deixou em liberdade. Acusado pelos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, Temer chefou um esquema que desviava dinheiro da construção da usina nuclear Angra 3.

Integra em www.horadopovo.org.br

IBOPE: só 6% dos brasileiros aprovam elevar a idade de aposentadoria para 65 anos

A pesquisa feita pelo IBOPE, por encomenda da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada na quarta-feira (8), revela que a maioria absoluta da população brasileira (81%) é contra a elevação da idade mínima para aposentadoria, pretendida pelo governo de Bolsonaro.

O resultado desagradou o governo e os bancos, que estão de olho nos recursos arrecadados para pagar as aposentadorias. Diante disso, parte da mídia que apoia o assalto aos aposentados pinçou um dado isolado da pesquisa e saiu dizendo que a maioria da população é a favor da

reforma da Previdência. Pura manipulação. Os 59% que disseram ser a favor de reformar a Previdência, não apoiaram a proposta do governo.

A maioria dos brasileiros é a favor de mudar a Previdência sim. Só que para melhor e não para pior como quer o governo. Os números mostram que a ampla maioria (81%) quer o rebaixamento da idade mínima para a aposentadoria.

Apenas 6% acham que a idade para se aposentar deve ser igual ou maior do que 65 anos, como quer o governo. E 13% admitem que a idade pode estar entre 61 e 64 anos.

TJ do Rio quebra os sigilos de Flávio Bolsonaro e Queiroz

Reprodução/Facebook



Bolsonaro e seu filho Flávio, que empregava Queiroz em seu gabinete

A jurisprudência das milícias: decreto de Bolsonaro sobre armas é inconstitucional

No Congresso, respondendo a uma pergunta da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), o ex-juiz e atual ministro Sérgio Moro disse, no último dia 8, que o decreto de liberação das armas de fogo, assinado por Bolsonaro no dia anterior, “*não tem a ver com a segurança pública*”.

A deputada lembrara a Moro que a segunda assintura do decreto era a sua, como ministro da Justiça e Segurança Pública.

Diante da declaração de Moro, ela indagou se o ministro concordava ou não com aquilo que, havia menos de 24 horas, assinara.

Moro não respondeu. Antes, dissera que “*é política do presidente da República e corresponde a uma promessa eleitoral*”. Depois, falou que “*eventuais divergências são tratadas no âmbito do governo. Isso é normal*”.

Moro tem conhecimento jurídico – já demonstrado – para saber que assinou um decreto ilegal, que, a pretexto de regulamentar a Lei nº 10.826/2003, inventa uma nova lei, que não foi aprovada, sequer apreciada, pelo Congresso.

Até mesmo as penas definidas pela lei são modificadas – abrandadas – pelo decreto, como se a vontade (e as maluquices) de Bolsonaro pudessem prevalecer contra a legislação aprovada pelo Congresso (v., p. ex., o artigo do jurista William Akerman Gomes, [Novo decreto abrandando repressão a crimes do Estatuto do Desarmamento](#), Justificando, 09/05/2019).

Pode ser “normal” que algumas divergências fiquem no âmbito do governo. O que não é normal é o ex-juiz Moro assinar um decreto ilegal, contra a sua vontade, sobre o qual, soube-se depois, ele não foi nem mesmo consultado.

Embora, não deixa de ser positivo – e de falar a favor de seu caráter – que Moro não consiga, e nem tente, defender essa aberração no Congresso.

Porém, se um decreto que libera armas de fogo, inclusive armas até agora restritas às Forças Armadas, nada tem a ver com a segurança pública – segundo a opinião do próprio ministro da Justiça e da Segurança Pública – a conclusão é óbvia: o decreto tem a ver com a **insegurança** pública.

Pois a questão é: quem são os “eleitores”, ou cabos eleitorais, para quem Bolsonaro quer cumprir a sua “promessa de campanha”?

Certamente, não são os “*profissionais da imprensa que atuam na cobertura policial*” (artigo 20, § 3º, inciso VI do decreto).

Estes não são idiotas de aceitar o porte de armas oferecido por Bolsonaro, que somente serviria para provocar algum outro Elias Maluco – ou para agular a cobiça de algum assaltante, desses que fornecem armas roubadas ao intrujão mais próximo.

Também não são os “*conselheiros tutelares*” ou “*agentes de trânsito*”, da mesma forma contemplados com o porte de armas, no decreto de Bolsonaro (incisos VII e VIII do artigo citado acima).

A mentalidade de “miliciano” que perpassa o decreto, de fio a pavio, revela quem, na verdade, é o seu objeto de favorecimento – quem Bolsonaro & cia. tinham em mente (que mente!) com esse decreto.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

C.L.

Sindicatos ‘irritam’ Bolsonaro: “é a coisa que mais atrapalha o Brasil”

Jair Bolsonaro afirmou, em entrevista à Rádio Bandeirantes, neste domingo (12), que “a coisa que mais atrapalha o Brasil são os Sindicatos”.

Ele diz isso porque pretende tirar direitos dos trabalhadores com sua proposta de desmonte da Previdência Social pública e os sindicatos e as centrais estão se unindo e não pretendem permitir o assalto aos direitos dos

trabalhadores, pretendendo pelo Planalto.

Ele usou a rádio para denegir os trabalhadores e suas entidades porque os sindicatos e as centrais sindicais não estão dispostos a tolerar que ele entregue as empresas e as riquezas do Brasil de mão beijada para as multinacionais, como ele pretende fazer – e já anunciou que vai fazer – como é o caso do megaleilão das

áreas do pré-sal marcado para outubro.

Não por outro motivo, Bolsonaro se reuniu esta semana com o presidente da Shell, Ben van Beurden. Tudo para acertar os detalhes da entrega do pré-sal. O executivo esfregou as mãos e disse que está muito animado com o leilão e que pretende usufruir de todas essas benesses.

Leia na íntegra www.horadopovo.org.br

Dodge: indulto de Temer, validade no STF, “cria um cenário de impunidade no país”

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quinta-feira (9), validar o decreto de indulto natalino editado pelo ex-presidente Michel Temer em 2017. Com a decisão, pelo placar de 7 votos a 4 pela constitucionalidade do ato presidencial, a Corte conferiu legitimidade às regras que afrouxaram o perdão da pena de condenados por corrupção e pelos chamados crimes de “colarinho branco”.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, autora de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada em dezembro de 2017, logo após a edição do decreto, avaliou que o resultado do julgamento é preocupante.

Segundo Dodge, o decreto de indulto extrapolou o poder presidencial, além de “representar um retrocesso” no enfrentamento a crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Temer reduziu de um quarto (25%) para um quinto (20%) o tempo mínimo do cumprimento da pena para conseguir o indulto no caso dos crimes praticados “sem grave ameaça ou violência a

pessoa”. O decreto, que também extinguiu o limite máximo da pena dos condenados que poderiam ter acesso ao benefício, foi considerado o mais generoso dos últimos 30 anos. Tanto na petição inicial quanto na fase de instrução da ADI, a Procuradoria-Geral da República argumentou que houve violação aos princípios da separação de poderes, da individualização da pena e o da proibição, prevista na Constituição, de que o Poder Executivo legisle sobre direito penal.

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

Aécio interferiu no governo de Minas para favorecer a JBS, diz ex-secretário

O ex-secretário adjunto da Receita no governo de Antonio Anastasia (PSDB-MG), Pedro Menegueti, afirmou à Polícia Federal ter recebido pressão do então senador Aécio Neves, também do PSDB, para resolver demandas da JBS na gestão estadual no ano de 2014. O depoimento de Me-

negueti reforça o que foi dito por executivos do grupo J&F, controlador da JBS, que relataram em colaboração premiada terem obtido de Aécio a promessa de interferir junto ao governo estadual em troca do repasse de R\$ 110 milhões para sua campanha presidencial naquele ano.

O ex-secretário disse que participou, em 2014, na sede do governo, de uma reunião do então secretário da Casa Civil, Danilo de Castro, com Ricardo Saud, responsável por acertos de propina da JB, além de outros representantes da empresa.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Outros 88 ex-funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro, inclusive a mulher e a mãe do miliciano foragido, Adriano Nóbrega, também tiveram seus sigilos quebrados

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) autorizou a quebra de sigilo do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, e do ex-policia militar Fabrício Queiroz. O pedido foi feito pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, autorizado em 24 de abril de 2019 e mantido em sigilo até a segunda-feira (13/05). A quebra de sigilo bancário perfaz o período que vai de janeiro de 2007 a dezembro de 2018.

A Justiça também quebrou o sigilo fiscal dos investigados, entre 2008 e 2018. A decisão é de autoria do juiz Flávio Nicolau, do TJ-RJ, que afirmou, no documento, que a quebra do sigilo é “importante para a instrução do procedimento investigatório criminal”.

A quebra se estende não só a Flávio, Queiroz e seus respectivos familiares e empresas, mas também a outros 88 ex-funcionários do gabinete, seus familiares e empresas relacionadas a eles.

MP

Entre os que tiveram o sigilo quebrado estão Danielle Nóbrega e Raimunda Magalhães, mulher e mãe do ex-PM Adriano Magalhães da Nóbrega, tido pelo Ministério Público do Rio como chefe do Escritório do Crime, organização de milicianos suspeita de envolvimento no assassinato de Marielle Franco.

O ex-policia, hoje foragido, é acusado há mais de uma década por envolvimento em homicídios. Adriano já foi homenageado por Flávio na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

Além da quebra de sigilo de Flávio e seu ex-assessor Queiroz, também terão suas informações bancárias averiguadas a mulher de Flávio, Fernanda Bolsonaro, a empresa de ambos, Bolsotini Chocolates e Café Ltda, as duas filhas de Queiroz, Nathalia e Evelyn, e a mulher do ex-assessor, Márcia.

Como já sabia que seu sigilo seria quebrado, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) voltou a apresentar a narrativa de que está sendo perseguido, no caso envolvendo seu ex-assessor Fabrício Queiroz. Como todos os envolvidos em falcatruas, ele acusa o Ministério Público de “perseguição política e vazamentos seletivos”.

“Vejo que há grande intenção de alguns do Ministério Público de me sacanear, de mais uma vez colocar em evidência coisas que não fiz”, disse. “Estou preferindo me antecipar, porque meu processo corre em sigilo de Justiça, mas sempre que vai para o Ministério Público os caras vazam tudo”, acrescentou ele, em entrevista ao Estadão, neste fim de semana.

“O Ministério Público do Rio de Janeiro está preparando uma manobra para dar ‘verniz de legalidade’ à investigação do caso Queiroz, disse o senador. “É por isso que os promotores correm agora para conseguir da Justiça a quebra de meu sigilo bancário e fiscal”.

O filho de Bolsonaro bem que tentou abortar a investigação, mas o MP-RJ pediu a quebra dos sigilos.

“Para que esse pedido, se meu extrato já apareceu na televisão? Eles querem requestrar uma informação que conseguiram de forma ilegal”, acrescentou. “Não tem outro caminho para a investigação a não ser ela ser arquivada – e eles sabem disso. Foi um papel muito sujo do procurador de Justiça do Rio”, afirmou Flávio.

Repetindo a ladainha da “perseguição política” e “vazamentos seletivos”, Flávio Bolsonaro disse que “quebraram meu sigilo bancário sem autorização da Justiça e expuseram isso em rede nacional”.

“Como eu me defendo disso? Minha intimidade ninguém respeita? Minha chateação é com alguns pouquíssimos integrantes do Ministério Público que estão tentando atacar minha imagem para atacar o governo Jair Bolsonaro. Infelizmente, tem militância política em tudo

quanto é instituição e no Ministério Público não é diferente. O Ministério Público está esculachando o Judiciário toda hora em meu caso e o Judiciário não faz nada”, acusou.

Todos os tribunais superiores referendaram e respaldaram as investigações do MP-RJ e rejeitaram as alegações do senador bolsonarista, de que pudesse ter havido qualquer ilegalidade nas investigações envolvendo irregularidades cometidas em seu gabinete. Tanto respaldaram, que acabam de autorizar a quebra dos sigilos do envolvidos.

A reação e os ataques de Flávio Bolsonaro aos investigadores vieram assim que ele soube que o MP-RJ iria solicitar a quebra de seu sigilo bancário e fiscal.

Além de atacar o MP, outra medida tomada por ele foi tentar se desvencilhar de seu “faz-tudo”, Fabrício Queiroz.

Perguntado se sabe onde ele está, respondeu: “como é que eu vou saber? Ele tem um CPF e eu tenho outro. A última vez que falei com Queiroz, foi quando ele teve cirurgia de câncer e liguei para saber se estava tudo bem. E nunca mais falei com ele. Não sei onde ele está, não tenho informação da família, não sei nada”.

Flávio não sabe do paradeiro de Queiroz, mas disse que é tudo mentira: “Não tem por que o Queiroz ter feito isso”, disse ele, sobre a movimentação suspeita e R\$ 7 milhões na conta do assessor entre 2014 e 2017.

Como a movimentação existiu e foi documentada pelo Coaf, ele teve que admitir, mas tentou tirar o corpo fora. “Se fez, o que eu não acredito, foi obviamente sem o meu consentimento. Não posso ter convicção de que houve ilegalidade”, acrescentou.

Ao mesmo tempo que jura não acreditar que houve ilegalidades, Flávio já começou a tentar se livrar do incômodo assessor.

“Eu tinha a sua confiança, mas agora não tenho mais. Está demonstrando que não é merecedor dela”, acrescentou. “Óbvio que cobre dele, mas ele não me deu as explicações precisas à época. Me deu de forma genérica. Agora é o Ministério Público que tem de apurar. Talvez meu erro tenha sido esse: confiar demais nele, sem dúvida”, disse.

GABINETE

Deve ser por essas declarações de Flávio que o motorista desapareceu.

Queiroz conhece bem os métodos usados pelas milícias do Rio quando alguém passa a ser um incômodo.

“O Queiroz tinha muita autonomia dentro do gabinete para escolher as pessoas, principalmente as equipes que eu chamo de equipe de rua”, afirmou Flávio, jogando tudo nas costas do Queiroz.

“A demora dele em falar me atrapalhou muito. Fui sendo frito enquanto ele não falava nada”, continuou o senador. E disse que, se soubesse de alguma coisa, “eu seria o primeiro a cortar a cabeça dele”.

Flávio tenta de todas as formas paralisar as investigações do MP [já foi ao STF e ao Conselho do Ministério Público], acusando-o de abuso de poder, mas diz cinicamente que quem tem que cobrar de Queiroz é o Ministério Público.

O senador confirmou na entrevista que quem bancou Queiroz foi seu pai, Jair Bolsonaro. Os dois, Jair e Fabrício, serviram juntos no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, em 1984. Perguntado se Queiroz tinha a confiança de seu pai, respondeu: “com certeza, ou não teria vindo trabalhar comigo”.

O MP está investigando as origens do dinheiro movimentado por Queiroz. Fabrício Queiroz movimentou R\$ 7 milhões em sua conta entre 2014 e 2017, enquanto esteve no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

Weintraub minimiza cortes: “são só três chocolatinhos”

Ministro bolsonarista se enrolou ao tentar explicar o corte de 30% da verba de custeio das universidades: “Deixa para comer depois de setembro”, afirmou

O ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, fez uso de chocolates para explicar à claque bolsonarista na internet qual seria o impacto do corte de ao menos 30% da verba de custeio das instituições federais de ensino, da educação básica ao ensino universitário.

Em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, ao lado de Jair Bolsonaro, na noite quinta-feira (9), Weintraub defendeu a política de arrocho às instituições de ensino promovida após o corte de R\$ 7,4 bilhões no orçamento da Educação. Anteriormente, ao confirmar o corte de 30% da verba de custeio nas universidades federais UFF, UnB e UFBA, o ministro havia afirmado que o corte se daria em universidades que “promovessem balbúrdia”.

Em seguida, o MEC anunciou que o corte seria realizado em todas as instituições federais de ensino.

Em sua “live”, Weintraub e Bolsonaro afirmaram que o corte seria de 3,5% da verba. Com quatro caixas contendo 25 bombons em cada, em um total de 100 chocolates.

“A gente está pedindo simplesmente que, tres chocolatinhos, desses 100 chocolates, 3 chocolatinhos e meio... Deixa eu só cortar aqui, presidente. 3 chocolatinhos e meio. Esses 3 chocolatinhos e meio a gente não está falando para a pessoa que vai cortar. Não está cortado. Deixa para comer depois de setembro. É só isso que a gente tá pedindo. Isso é segurar um pouco”, afirmou.

Em momento algum, Weintraub se refere ao fato de que o corte, que representa um mínimo de 30% na verba destinada ao custeio e ao pagamento de contas como água, luz e limpeza, vai inviabilizar as universidades federais de ensino.

Em seguida, Bolsonaro se mostrou satisfeito com a explicação de Weintraub e afirmou: “A educação merecia um ministro de porte. ‘Ele é professor e gestor. As universidades estão preservadas, não existe esse terror’”, afirmou o Bolsonaro.

Após o vexame, Weintraub publicou, em sua conta no Twitter, um vídeo para “explicar” o cálculo do bloqueio nos orçamentos das universidades federais.

No vídeo, o ministro repete com veemência que o corte é de 3,5%. No entanto, o próprio Ministério da Educação (MEC), por intermédio de nota, desmentiu o titular da pasta, afirmando que o “bloqueio foi de 30% para todas as instituições”. “Você quer entender por que

é 3,5% e não 30%, como alguns jornais estão alardeando”, inicia Weintraub. “Referente a contingenciamento, que é de 3,5%, ou corte de 30%? Eu vou explicar para você”, diz o ministro, tentando estar certo, quando claramente está errado.

“O que a imprensa e muita gente maldosamente está fazendo? Está falando que 3,5 milhões sobre 12 milhões vai dar 30%. Tem gente que fala que é 40, 50%. Mas a verdade do orçamento das universidades a gente está pedindo para segurar, contingenciar, postergar até setembro 3,5%. Essa é a verdade e os números estão disponíveis”, finalizou.

PERSONA NON GRATA Os alunos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde o atual ministro da educação Abraham Weintraub era professor, declararam apoio aos protestos contra os cortes. Segundo a reportagem do portal Uol, entre os alunos e funcionários da Escola Paulista de Economia, Política e Negócios (Eppen) da Unifesp, o sentimento de inconformidade ganha outro contorno, já que o nome de Weintraub figurava entre o quadro de docentes da instituição até novembro de 2018.

Weintraub não era contratado em regime de dedicação exclusiva e não apresentava muito interesse em temas ligados à educação e à pedagogia. Ao mesmo tempo, nunca foi alvo de reclamações por faltar nem era visto como uma espécie de “turista” dentro do campus.

“Ele dava aula aqui até o ano passado. Ele sabe o trabalho que fazemos, as dificuldades que enfrentamos. Os alunos aqui estudam, não fazem balbúrdia”, disse uma funcionária.

“Esse cara foi professor da nossa universidade”, disse uma aluna do diretório acadêmico. “Em vez de ajudar a melhorar a educação, ele piora”, completou.

“Se não levamos a importância da Unifesp para a população, eles não vão ajudar”, disse uma aluna. “Precisamos mostrar a Eppen, em destaque, por ser a universidade onde o ministro lecionou. Acho importante, porque nem a universidade em que ele dava aula o está apoiando dentro da situação que ele criou”, afirmou uma estudante durante a assembleia.

“Infelizmente, a entidade máxima que representa a educação no país, na situação de hoje, saiu daqui de dentro. E a gente, mais do que ninguém, tem que sair daqui com sangue no olho para lutar”, declarou outro estudante.

Ex-ministros condenam ação do governo Bolsonaro contra o Meio Ambiente

Em um encontro inédito, sete ex-ministros do Meio Ambiente reuniram-se nesta quarta-feira (8) na Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista, para avaliar os retrocessos perpetrados pelo governo Bolsonaro na política ambiental brasileira. Os ministros das gestões Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer divulgaram um comunicado em que alertam para o desmonte da gestão ambiental no Brasil está sendo desmontada, uma “afronta à Constituição”.

“É grave a perspectiva de afrouxamento do licenciamento ambiental, travestido de ‘eficiência de gestão’, num país que acaba de passar pelo trauma de Brumadinho. Os setores empresarial e financeiro exigem regras claras, que confirmem segurança às suas atividades”, ressaltam os ex-ministros.

“Estamos assistindo a uma série de ações, sem precedentes, que esvaziam a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente: entre elas, a perda da Agência Nacional de Águas, a transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, a extinção da secretaria de mudanças climáticas e, agora, a ameaça de descriação de áreas protegidas, apequenamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de extinção do Instituto Chico Mendes”, aponta o documento.

Participaram do encontro: Rubens Ricupero, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, José Sarney Filho, Gustavo Krause e Edson Duarte. Eles ocuparam o cargo de ministros do Meio

Ambiente entre os anos de 1993 e 2018.

Os ministros ressaltam que o país está diante de um risco real de aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia. “Os frequentes sinais contraditórios no combate ao crime ambiental podem transmitir a ideia de que o desmatamento é essencial para o sucesso da agropecuária no Brasil. A ciência e a própria história política recente do país demonstram cabalmente que isso é uma falácia e um erro que custará muito caro a todos nós”.

Os ambientalistas apontam que é “urgente a continuidade do combate ao crime organizado e à corrupção presentes nas ações do desmatamento ilegal e da ocupação de áreas protegidas e dos mananciais, especialmente nos grandes centros urbanos” e salientam que discurso contra os órgãos de controle ambiental, em especial o Ibama e o ICMBio, e o questionamento aos dados de monitoramento do INPE, cujo sucesso é “auto-evidente”, soma-se a uma “crítica situação orçamentária e de pessoal dos órgãos”, o que “reforça na ponta a sensação de impunidade, que é a senha para mais desmatamento e mais violência”.

De acordo com o documento, “há que se fortalecer as regras que compõem o ordenamento jurídico ambiental brasileiro, estruturadas em perspectiva sistêmica, a partir da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981. O Sistema Nacional de Meio Ambiente precisa ser fortalecido especialmente pelo financiamento dos órgãos que o integram”.



Em vídeo divulgado nas redes sociais, Bolsonaro e Weintraub usaram chocolates para justificar o corte que inviabilizará as universidades federais

PGR vai apurar declarações de Witzel sobre “abates” em comunidades do Rio de Janeiro

A Procuradoria Geral da República (PGR) abriu uma investigação preliminar para apurar possíveis crimes cometidos pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), devido suas falas em que estimula o “abate” de suspeitos durante operações policiais. A decisão foi tomada no início deste mês após três representações contra o governador chegarem a PGR. As duas primeiras foram enviadas pelo deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e a terceira pela deputada estadual Renata Souza (PSOL).

No final do mês passado, o CNDH (Conselho Nacional dos Direitos Humanos) também protocolou uma representação contra Witzel. É a primeira vez na história que a entidade denuncia um governante ao Ministério Público Federal por possíveis violações aos direitos humanos. A CNDH é o principal conselho do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos composto por integrantes da sociedade

civil e do poder público.

Em diversas ocasiões, Witzel defendeu que policiais atirem para matar ao verem criminosos armados, ainda que não haja risco iminente de confronto. Em novembro, logo após ser eleito, ele afirmou ao jornal “O Estado de S. Paulo” que “a polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”.

Um vídeo divulgado nas redes sociais do governador nas últimas semanas, mostra ele acompanhando uma operação da Polícia Civil em Angra dos Reis, na costa verde fluminense, de dentro de um helicóptero. Durante a ação, realizada no último fim de semana, é possível ver um sniper da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais), a força de elite da Polícia Civil, disparando uma rajada de fuzil contra uma tenda utilizada por evangélicos que fazem vigílias na região, segundo vídeo exibido pela “TV Globo”.

A ação viola protocolos estabelecidos pelo próprio gover-

no do Rio. Em outubro, após decisão liminar obtida pela Defensoria Pública do estado, a Secretaria de Segurança do Rio, extinta por Witzel em janeiro, publicou uma instrução normativa com uma série de orientações para a realização de operações policiais. Entre elas, está a proibição de que atiradores em helicópteros disparem rajadas contra comunidades, exatamente como aconteceu em Angra.

No último dia 6, o uso de helicópteros foi novamente alvo de críticas após uma operação da Core no Complexo da Maré, zona norte do Rio, terminar com oito mortos. Moradores denunciaram que a aeronave da Polícia Civil fazia disparos a esmo. Durante uma vitória das defensorias públicas do estado e da União na localidade, em companhia de movimentos sociais da Maré, moradores afirmaram que algumas das vítimas já estavam rendidas quando foram mortas pelos policiais.

Mostra Cinema com Partido debate “Tempos Modernos” com o deputado Orlando Silva

Após exibição de “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, na mostra Cinema com Partido – Mostra Democrática, no último sábado, foi realizado um debate com os estudantes, que contou com a participação do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) participou do debate com os estudantes: “O drama de ‘Tempos Modernos’ é a situação do Brasil de hoje, do desemprego e da miséria”.

“Tempos Modernos”, uma das obras prima de Charles Chaplin, é uma comédia que, com leveza e muita ironia, retrata a situação dos operários ingleses durante um período de crise econômica, na qual milhões foram levados ao desemprego e à miséria. O filme foi o décimo a ser exibido na mostra, que segue até novembro.

Para Orlando Silva, “é uma das mais espetaculares obras de arte já produzidas em todos os tempos”. “É impressionante a estética, a força que o filme tem. É justamente por essa força que ele consegue atravessar um século, praticamente, e que deixa todo mundo pensando ‘caramba, olha a quantidade de coisas parecidas com o que vivemos hoje’”.

“O filme é uma comédia, com ares de romantismo, mas na verdade é um grande drama. Um drama daquela fase de crise do capitalismo, a maior vida antes da que estamos vivendo agora. Aquele ambiente produziu um drama registrado com beleza, com leveza e doçura, mas dureza”.

O deputado acredita que “assim como o Chaplin no cinema, no Brasil diversos artistas souberam expressar esse ambiente no trabalhador passou a ser um personagem central. Se for falar da música, o Noel Rosa falando do ‘apito da fábrica de tecidos’, o Wilson Batista falando que ‘quem trabalha é que tem razão’”. As pinturas dos modernistas, retratando as fábricas, os operários. Os escritos de Mário de Andrade”.

“É a arte tem incomodado muita gente, como próprio Bolsonaro. O tempo do Bolsonaro é o tempo das trevas, do obscurantismo. Talvez por isso que a arte incomoda tanto, a ciência, que produz luz, consciência, incomoda tanto, a universidade, que é o lugar da crítica, incomoda tanto. Precisamos virar essa página dolorosa de nossa história, que já é uma página de tempos arcaicos, e não mais modernos, expressos pelo Bolsonaro”, afirmou.

O deputado federal fez uma comparação com a situação atual do país. “O drama de ‘Tempos Modernos’ é o do Brasil de hoje, do desemprego, da miséria... Isso porque o Brasil está passando por uma paralisa na economia, mais uma década perdida. Desde 2011, o Brasil não cresce de forma consistente. E isso produz um drama social brutal, que é agravado pela incapacidade do Presidente da República de liderar qualquer tipo de recuperação”.

“Com o avanço da tecnologia, o homem poderia estar se libertando cada vez mais do trabalho. Reduzindo a jornada de trabalho para seis ou quatro horas, garantindo tempo para seu lazer, para passar com a família, para assistir ‘Tempos Modernos’. Mas não, pelo jeito como as coisas estão, se trata de criar uma massa de desempregados, desassistidos por todo o mundo”.

“O sonho, mostrado na última cena, é a própria esperança, a caminhada. ‘Por que parar? Nos levantaremos e seguiremos em luta’. Então, ‘Tempos Modernos’ registra a tragédia da crise do capitalismo ao mesmo tempo as expectativas e esperanças”, concluiu.



Mostra Democrática “Cinema com Partido” é realizada todos os sábados



“Uma mulher vestida de silêncio”, de Wagner Willian, relata a trajetória da primeira-dama brasileira

Lançado em São Paulo livro sobre a vida e a luta de Maria Thereza Goulart

Personalidades que viveram alguns dos episódios do que Wagner Willian conta em seu livro “Uma mulher vestida de silêncio”, sobre a vida e a trajetória de Maria Thereza Goulart, esposa do ex-presidente Jango, estiveram nesta sexta-feira (10) na Livraria da Vila, no Itaim, para o lançamento da obra em São Paulo. Entre eles, o ministro de Jango e senador Almino Afonso e João Vicente, filho mais velho do ex-presidente.

Wagner Willian, que é também autor do livro “Soldado Absoluto”, uma biografia do Marechal Lott, lembra que Almino Afonso foi o primeiro integrante do governo Jango a denunciar o golpe. “Foi ele também”, diz o escritor, “o grande responsável pela autorização dos militares para que João Goulart fosse enterrado no Brasil”. “O problema do Almino é que ele não quis relatar isso por pura humildade”, acrescentou Wagner.

Presente também o psicanalista Jacob Pinheiro Goldberg, prefaciador desta magnífica obra sobre a vida e a luta de “Teca”, como Maria Thereza era chamada pelo marido. “A vida de Maria Thereza Goulart revela a trajetória extraordinária de alguém que saiu da fronteira para se tornar a mais jovem primeira-dama do Brasil, capa das maiores revistas da Europa”, disse ele.

Wagner Willian nos contou que a maior importância para ele desta obra “é poder trazer à tona os fatos, trazer a verdade sobre tudo o que ocorreu”. “Sobretudo discutir a imagem que ficou. Ficou apenas a imagem da esposa de um presidente, mas, por traz disso tem toda uma história de luta, de exílio, de uma família lutando para ficar unida numa época de autoritarismo e de ditadura”.

Sobre as semelhanças entre o período analisado por ele na década de 1960 e a atualidade, Willian destaca que atualmente “há uma carga muito forte sobre a família Goulart” e que “é muito importante a informação”. “A informação é crucial nesse momento porque na ditadura havia ausência de informação, agora há uma informação deturpada e usada para se aproveitar em eleição, para se manter no poder, etc, e isso precisa ser mudado”, defendeu.

Para Willian a reação popular à iniciativa do governo Bolsonaro de comemorar o golpe de 1964 “foi sensacional”. “Realmente a reação foi muito boa. Até quem estava do lado do governo achou que foi demais. Dizer que não houve ditadura é um absurdo. É evidente que houve ditadura, que houve mortes, que houve perseguição, que houve várias vinganças pessoais”, observou.

“Quer dizer, a reação popular foi muito boa. Isso aí eu acho que foi a melhor coisa que aconteceu nesse ano difícil”, afirmou. “O governo teve até que refazer a palavra, fizeram lá uma mudança na frase, para tentar disfarçar. Só que tem limites para as mentiras e a gente sabe disso. Estamos atentos”, prosseguiu o escritor.

Willian comentou também a iniciativa do Instituto João Goulart de pedir recentemente uma retratação do Ministério da Defesa em relação à mentira divulgada na Ordem do Dia de 31 de março, lida nos quartéis, insistindo em afirmar que Jango estava fora do país no dia 2 de abril, quando o Congresso, numa atitude golpista, declarou vaga a cadeira da Presidência.

“Não tem o que discutir. Primeiro tentaram um impeachment e não conseguiram. Aí de repente, decidem declarar vaga a Presidência com o presidente no Brasil, voando para o Rio Grande do Sul, que eu acho que é Brasil, não é verdade? Ainda bem que eles [do instituto] tiveram esse posicionamento”, assinalou o autor.

Compareceram também ao evento, além dos amigos ao autor e da família Goulart, lideranças políticas e de entidades populares, entre elas, José Américo Morelli, Gláucia Morelli, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Fátima Zanon e Rosângela Zanon, diretoras da Federação das Mulheres Paulistas e Rosanita Campos, presidente da Fundação Cláudio Campos.

O jornalista Wagner Willian é paulista, ganhou o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos pela reportagem “O primeiro voo do condor”, publicada na revista Brasileiros. É também autor de “Sílvio Luiz: olho no lance” (Best Seller, 2002) e do já citado “O soldado absoluto”, uma biografia muito bem trabalhada do Marechal Henrique Teixeira Lott.

SÉRGIO CRUZ

Funcionários de 30 universidades aprovam adesão à greve dia 15

Trabalhadores técnicos-administrativos de 30 universidades, institutos e centros federais de educação de todas as regiões do país decidiram aderir à Greve Nacional da Educação, na próxima quarta-feira (15), contra os cortes de pelo menos 30% nas verbas de custeio de universidades e institutos federais, congelamento de verba de pesquisa e os demais ataques à Educação anunciados pelo governo Bolsonaro.

A categoria decidiu aderir à paralisação em assembleias realizadas na semana passada, lideradas pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

A entidade defende que a prioridade desta greve é demonstrar a importância da Educação, denunciar os cortes, o bloqueio das bolsas de mestrado e doutorado, a desqualificação da atividade docente, as tentativas de cerceamento da liberdade de expressão em sala de aula, os ataques à autonomia universitária; o congelamento de salários, entre outros retrocessos defendidos pelo governo.

Segundo os organizadores da paralisação, o dia 15 também está sendo visto como um “esquenta” para a Greve Geral contra a reforma da Previdência, organizada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho.

Antonio Alves Neto, coordenador-geral da FASUBRA Sindical, destaca que “desde que assumiu, há uma tentativa deste governo de desqualificar as universidades públicas e sua produção acadêmica, perseguindo professores com a acusação de que são doutrinadores, taxando os técnico-administrativos como desnecessários e acusando os estudantes de fazerem festas de ‘orgias’”.

“É inaceitável que tais acusações infundadas sejam base para destruir as universidades. Esses ataques poderão provocar incalculáveis prejuízos ao desenvolvimento intelectual, científico, tecnológico e cultural do país, além de contrapor a formação de jovens profissionais com senso crítico”, afirmou.

Para Marcos Otávio de Oliveira Santos, que integra a coordenação da Fasubra Sindical, “é um absurdo o governo tratar todo o trabalho realizado em nossas instituições como balbúrdia. Balbúrdia é um ministro da educação desconhecer a realidade das universidades, balbúrdia é o governo retirar recursos da educação, ameaçar acabar com a aposentadoria dos brasileiros e facilitar o armamento num país onde morrem 60 mil pessoas assassinadas por ano”.

A Fasubra representa 218 mil servidores, em cinquenta instituições filiadas. A entidade informa que desde janeiro tenta marcar uma reunião com o ministro da Educação para discutir a pauta de interesses da categoria, mas o MEC que se recusa a receber os trabalhadores, e sequer responde aos ofícios.

PSB lança campanha contra a reforma da Previdência

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) lançou uma campanha nacional contra a reforma da Previdência (PEC 6), de Guedes/Bolsonaro na noite desta quarta-feira (8).

A campanha foi lançada pelo presidente nacional da legenda, Carlos Siqueira, em transmissão ao vivo pela página do partido no Facebook, criticando pontos centrais da reforma.

“O governo Bolsonaro está tentando vender uma reforma que não é nada boa para a população, que vai diminuir conquistas que levaram anos para serem implementadas”, diz o material da campanha.

“Nessa proposta, os pilares da assistência e da Previdência já são derrubados. Para a saúde, já existe uma emenda pronta que será apresentada pelo governo para completar a destruição da maior conquista social dos últimos 34 anos do nosso país”, disse Carlos Siqueira.

A campanha contém 11 vídeos com duração média de 1m30s que abordam pontos cruciais da proposta de reforma para serem compartilhados pelas mais diversas redes sociais.

“Convido a todos a compartilhar os vídeos, a se engajarem para evitar essa tragédia social, essa marcha da insensatez de um governo autoritário. Nosso dever é lutar com todas as forças e por todos os meios possíveis e legais para que isso não venha a se concretizar porque representará o empobrecimento do nosso povo”, clamou Siqueira.

A campanha condena o regime de capitalização, a desconstituição

Policiais fazem paralisações contra ataque a aposentadorias



Policiais civis fazem mobilização em Campinas (SP). Foto: Denny Cesare



Greve paralisou o país no ano passado contra os aumentos do diesel

“Insatisfação de caminhoneiros é crescente e a onda da greve pode voltar”, afirma Litti

Lideranças sindicais representantes dos caminhoneiros participaram na quarta-feira, 8, de audiência pública da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados e criticaram a manutenção dos altos preços do diesel.

No último dia 3, a Petrobrás anunciou um aumento de 2,56% no preço do diesel nas refinarias. No mês anterior, em 11 de abril, já tinha ocorrido um aumento de 5,74% nas refinarias, chegando a 4,8% nas bombas, o que gerou protestos dos caminhoneiros.

A audiência foi solicitada pelos deputados Bosco Costa (PR-SE) e Gelson Azevedo (PR-RJ), que convidaram sindicatos e representantes do governo para debater os preços dos combustíveis praticados pela Petrobrás.

Para Carlos Alberto Litti, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Ijuí e dirigente nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), um dos líderes da greve da categoria do ano passado, “o maior movimento social que esse país conheceu se deu por conta exatamente do combustível”.

“Foi o preço exorbitante e as condições de trabalho que os caminhoneiros enfrentaram em maio do ano passado, com os aumentos diários e o preço nas alturas, que levaram à greve. É importante dizer isso porque, de maio para cá, as coisas seguem no mesmo sentido que estávamos há um ano”.

“É por isso que a insatisfação é crescente. É por isso que a mesma onda que ocorreu em maio passado começa a se agitar novamente se não houver mudança nessa questão”, afirmou.

LUCROS

O líder sindical ressaltou que é dever da União, como detentora de 49% das ações da Petrobrás, garantir uma política de preços voltada aos interesses nacionais, garantindo preços baixos para os consumidores e condições de trabalho dignas para os caminhoneiros.

“A União pode intervir na política de preço porque ain-



Carlos Litti (Sindicato dos Caminhoneiros de Ijuí)

da detém 49% da Petrobrás. Os outros estão divididos entre pessoas físicas e jurídicas que possuem um percentual de 13%, 14% e o grande negócio é que 38% desse comércio não é nosso. 38% das ações estão nas mãos das petroleiras, daqueles que querem manter a exploração e os preços nas alturas”.

“É o governo compactua com isso quando anuncia a venda das refinarias, daquilo que poderia dar o suporte para que o nosso preço fosse mais barato. Quando também sucateia e não deixa que refinem 60% da capacidade de refino da Petrobrás, que está ociosa. Por quê? Porque atende à demanda dos grandes petroleiros e investidores que querem manter seus lucros”, ressaltou.

Litti destacou ainda que é nesse contexto, de economia paralisação, que o piso mínimo do frete é essencial.

“É quando há a exploração do menor pelo maior. Tem que ter um piso mínimo, caso contrário eles mantêm a exploração”, completou.

INSATISFAÇÃO

O presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, que também liderou a greve no ano passado, esteve presente na audiência e criticou a política mantida pelo governo. “Precisamos de alguma coisa para ontem. Controlar o preço do óleo diesel é uma das coisas que precisa fazer para o caminhoneiro não morrer. Alguma coisa ruim vai acontecer e o governo não está prestando atenção”, disse.

“Logo estaremos com, no

mínimo, 150 mil caminhoneiros deixando de trabalhar. O que é que eles vão fazer da vida? O petróleo é nosso, mas a Petrobrás não é. Precisa-se tomar uma medida rápida urgente. A coisa está fervilhando aí fora, o descontentamento é muito grande, ressaltou.

Lopes, que declarou que apoiou Bolsonaro na eleição, não escondeu a insatisfação com as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo: “Já estão botando 11 refinarias à venda para ficar com apenas duas. Em vez de a Petrobrás vender 11 refinarias, deveria é construir mais 11. Nós estamos num país rodoviário. Quando aumenta o óleo diesel, desgraça todo o sistema. É isso que o governo tem que encontrar uma forma e rápida para reduzir esses aumentos e penduricalhos”, disse ele durante os debates na Comissão.

Para a audiência na Câmara Federal, o presidente da Petrobrás Roberto Castello Branco, foi convidado para participar e ouvir as demandas dos trabalhadores caminhoneiros. Contudo, Castello Branco nem compareceu, nem mandou representante e por essa razão foi duramente criticado pelos deputados e caminhoneiros.

Os deputados do PR afirmaram que irão apresentar um requerimento de convocação ao ministro de Minas e Energia, Bento Costa. “Vamos apresentar um requerimento para o ministro explicar essa situação. Essa casa é a casa do povo. Não podemos ficar omissos”, complementou.

Policiais civis e federais mobilizados contra o ataque às aposentadorias

Policiais federais e civis fizeram protestos e paralisações ao longo desta segunda-feira (13) em várias regiões do país contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro.

Os protestos fazem parte da mobilização nacional dos policiais que ocorre desde a semana passada contra o avanço da PEC 06, que na prática impede os trabalhadores de terem o direito à aposentadoria, impondo idade mínima e elevando o tempo de contribuição.

No caso dos policiais, a proposta estabelece idade mínima de 55 anos para todos os policiais, sem regras de transição para quem está atualmente próximo da aposentadoria, e exige um tempo mínimo de contribuição de 30 anos para homens e 25 para mulheres. Consta ainda na proposta a possibilidade de aumento da idade mínima, de acordo com o aumento da expectativa de vida da população.

Segundo a União dos Policiais do Brasil (UPB), fórum que reúne 28 entidades do setor, “é certo que muito em breve a idade mínima de um policial brasileiro pode chegar aos 60 anos e ir além”.

“Além do risco de morte, a atividade policial é considerada a mais estressante do mundo por vários estudos em razão do nível de tensão, exaustivas jornadas de trabalho, serviço noturno, risco da atividade, peso dos equipamentos”, afirma documento lançado pela UPB, que reúne delegados, peritos criminais, agentes, papiloscopistas, escrivães, guardas municipais e de trânsito e policiais rodoviários.

O presidente da Cobarpol, André Luiz Gutierrez, afirma que, “diante desse cenário, precisamos manter a vigilância, aprofundar nossa mobilização e fazer tudo que for necessário para defender esse direito sagrado de nossos representados”, diz.

Em São Paulo, policiais fizeram um ato no município de Campinas, organizado pelo Sindicato dos Policiais Cíveis da Região de Campinas (Sinpol).

“Esta manifestação é institucional porque perdemos

todos os direitos conquistados há décadas e perderemos todos na reforma da Previdência, chegando a atingir até mesmo nossos familiares, visto que, dentre as perdas está o corte da pensão em 50% caso viermos a faltar; nossos familiares poderão passar seríssimas necessidades financeiras”, informou nota do sindicato.

“A reforma está fazendo um estrago muito grande entre os policiais. O presidente Bolsonaro sempre disse que os policiais devem ser mais bem tratados no país. Se ele vai começar acabando com a nossa aposentadoria, é muito difícil entender a motivação”, afirmou o presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), Edvandir Paiva.

No Rio Grande do Sul, a paralisação começou em Porto Alegre. Os policiais protestaram em frente ao Palácio da Polícia, na zona leste e as Delegacias de Pronto Atendimento (DPPAs) realizaram somente flagrantes e casos de maior gravidade.

Nos municípios de Lajeado, Estrela e Teutônia, também ocorrem paralisações parciais, com atendimentos somente nos casos de emergência.

“Somos contra essa proposta do governo que se elegeu em cima da pauta da segurança, mas só está tirando direitos dos policiais. Vamos manter aqui a mobilização e no dia 21 de maio vamos à Brasília em protesto contra essa reforma”, afirma Emerson Ayres, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sinpol-RS) e da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais da Região Sul (Feipol-Sul).

No Rio Grande do Norte os policiais civis fizeram uma caminhada no centro da capital e algumas delegacias foram fechadas em Natal e Mossoró.

Os policiais de Alagoas também aderiram ao protesto e paralisaram os serviços na tarde de desta segunda-feira em diversas cidades. Além disso, em Maceió aconteceu uma manifestação em frente à Central de Flagrantes I, no bairro do Farol.



Metalúrgicos aprovam Greve Geral para o dia 14 de junho

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), reunida na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, fez um balanço do 1º de Maio deste ano e reafirmou o indicativo de greve no dia 14 de junho, convocada pelas centrais sindicais contra a reforma da Previdência e em defesa dos direitos sociais e trabalhistas ameaçados pelo governo Bolsonaro.

O presidente da entidade, da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, avaliou como “muito importante a unidade do movimento sindical” que se configurou na realização do 1º de Maio deste ano. O dirigente sindical reforçou a mobilização em torno do baixo-assinado das centrais contra a reforma da Previdência que será

entregue aos deputados e senadores.

“É um instrumento que fortalece a mobilização e mostra os cidadãos, que são eleitores, repudiando a reforma. É importante sua divulgação nas fábricas, nos bairros e nas praças públicas”, afirmou Miguel Torres.

A recente conquista da CNTM, que teve a sua ação ao STF contra a norma que admite que trabalhadoras grávidas e lactantes desempenhem atividades insalubres, deferida pelo ministro Alexandre de Moraes, também foi debatida na reunião.

Para Mônica Veloso, vice-presidente da CNTM, é fundamental o sindicalismo investir em “formação, luta, qualificação, consciência de classe, redes sindicais e organização dos locais de trabalho” no enfrentamento dos atuais e futuros desafios.

Sindicatos venezuelanos afirmam: “Não queremos nem Maduro, nem Guaidó”

Sindicatos de trabalhadores do funcionalismo público e privado, em encontro realizado na Universidade Central da Venezuela (UCV), na sexta-feira, 10, exigem ao presidente Nicolás Maduro que mude sua política “porque está matando a este povo de fome”, e asseguram aopositor Juan Guaidó que ele não tem a menor condição de convocar uma greve de trabalhadores. As organizações sindicais deixaram claro não estão alinhadas nem com Maduro, nem com Juan Guaidó.

SALÁRIO VERGONHOSO

José Bodas, secretário geral da Federação de Trabalhadores Petroleiros da Venezuela, afirmou que o governo destrói “as aposentadorias e o salário dos trabalhadores; tem destruído as convenções coletivas com as novas tabelas salariais. É uma vergonha que os venezuelanos tenham um salário de 7 dólares”. Bodas enfatizou que “nenhum político tem que dizer à classe trabalhadora o que fazer; temos assembleias, lideranças em todas as fábricas e regiões, sindicatos onde se discutem as medidas que devemos tomar em defesa de nossos direitos”.

O sindicalista frisou que não é possível que transnacionais como a norte-americana, Chevron Corporation, estejam pagando aos trabalhadores 7 dólares mensais, “enquanto que a essas mesmas transnacionais o governo entrega, à exploração, petróleo por 100 anos. Esta é a condição de semi-escravidão na qual vivem os trabalhadores petroleiros, os que garantem a produção da maior riqueza do país”.

O dirigente sindical do Metrô de Caracas, Jairo Colmenares, ressaltou que “a Plataforma de trabalhadores em luta propõe que se respeitem os direitos dos trabalhadores, seus salários, suas aposentadorias, os contratos coletivos, todos seus direitos”. Colmenares exigiu respeito: “Não estamos aqui para obedecer nenhum setor político do país; queremos respeito por nossas decisões e queremos ser ouvidos”.

Ressaltando a unidade entre os trabalhadores, o presidente do Sindicato de Trabalhadores da Universidade Central de Venezuela (UCV), Eduardo Sánchez, também falou sobre a deterioração dos salários. Denunciou que no 1º de maio “decretou-se um aumento salarial que representa aproximadamente 7 dólares mensais, quando a cesta básica custa cerca de 300 dólares”. Mas, o representante sindical manifestou que “o senhor Juan Guaidó não tem qualificação para convocar paralisação de trabalhadores, ele não defende o nosso povo, defende os interesses do imperialismo, dos que levam nossas riquezas para fora, por isso é que foram um fracasso suas convocações a greves. Os trabalhadores atendem seu sindicato, participam dele em busca de seus direitos”.

Deyanira Romero, secretária geral do Sindicato da UCV, disse que “tentam nos manobrar, mas hoje está claro que nós trabalhadores temos que nos unir, fortalecer nossas lideranças e criar nosso próprio caminho, o do povo soberano”.

Pentágono-boy Guaidó diz que está à espera de novas ordens

Após duas tentativas de golpe que resultaram em sucessivos fracassos, Guaidó faz nova investida, usando sua especialidade: criar factóides que logo pipocam como uma bolha de sabão.

Dessa vez valeu-se do desconhecido Carlos Vecchio, que nomeou ‘representante’ seu em Washington, para anunciar que este estaria orientado a solicitar ‘oficialmente’ apoio ao Comando do Sul do EUA para ‘avancar em planejamento estratégico e operacional’.

Diz Vecchio em uma de suas tuitadas: “Seguindo instruções do presidente Juan Guaidó solicitei oficialmente ao Comando Sul reunião com delegação técnica para avançar em planificação estratégica e operativa com o fim prioritário de deter sofrimento de nosso povo e restaurar democracia”.

Ele também publicou sua carta ao chefe do Comando Sul dos EUA, almirante Craig Falle, onde escreve que “o governo interino agradece e recebe o apoio dos EUA e confirma nossa disposição para começar as conversações respectivas à cooperação que tinha sido oferecida por seu comando”.

“Acolhemos com satisfação a planifi-

cação estratégica e operativa para que possamos cumprir com nossa obrigação constitucional com o povo venezuelano”, lê-se na carta, como se obrigação com a Constituição pudesse vir de uma invasão da Casa Branca.

Além disso, Vecchio solicitou “uma reunião entre o Comando Sul dos EUA e os membros apropriados do governo interino do presidente Guaidó”.

Acontece que Guaidó anunciou os tais ‘avanços’ em um momento de baixa de seu prestígio, pois até o presidente Trump andou reclamando de seu assessor de Segurança, John Bolton, uma vez que este mostrara entusiasmo nas duas ações falhas de Guaidó: a primeira, disfarçada de “Ajuda Humanitária” e a segunda, denominada “Operação Liberdade”.

A carta foi enviada em 11 de maio. No mesmo dia Guaidó declarou que instruiu o “nosso representante” Carlos Vecchio a se reunir com o Comando do Sul para estabelecer relações diretas para conseguir cooperação”. Agora o candidato a instrumento de uma invasão pelos Estados Unidos, que os do norte até agora acharam mais prudente não lançar, espera as ordens do Pentágono.

Partido de Mandela vence as eleições sul-africanas



CNA tem desafio de tirar África do Sul da estagnação e elevar níveis de emprego

Londrinos saem às ruas para exigir que Inglaterra pare de armar Israel

Milhares de londrinos ocuparam as ruas centrais da capital inglesa, neste 11 de maio, para marcar o 71º aniversário da Nakba, a Catástrofe, como os palestinos denominam a implantação do Estado de Israel, com base em um processo de limpeza étnica que destruiu cerca de 800 mil palestinos de seus lares, transformando-os em refugiados.

A marcha teve entre os participantes a jovem Ahed Tamimi, da aldeia palestina de Nabi Saleh, que se notabilizou mundialmente ao resistir a uma invasão de seu lar por soldados da ocupação israelense. Ao resistir, foi detida, aos 17 anos, em 2017. Ela sofreu uma prisão por oito meses e foi liberta em meio a uma campanha mundial contra a arbitrariedade.

Tamimi proclamou: “Não farei de nós as vítimas eternas. Vamos resistir e vencer”.

Também esteve à frente da marcha o embaixador da palestina na Inglaterra, Husam Zomlot.

Convocados pela Coalizão Parem a Guerra, Campanha de Solidariedade à Palestina, Fórum Palestino na Inglaterra e Associação Muçulmana na Inglaterra, os manifestantes entoaram, “Parem de armar Israel” e “Fim ao bloqueio a Gaza”, enquanto marchavam com faixas, cartazes e bandeiras palestinas desde a Praça Trafalgar até a Downing Street, rua onde fica a casa oficial da premiê inglesa, Theresa May.

A faixa que abriu a manifestação exigia “Palestina Livre!” e proclamava ainda: “Existir! Resistir! Retornar!”

O embaixador Zomlot afirmou que o povo palestino rejeita as propostas que até agora transpareceram daquilo que Trump chama de “acordo do século”, enquanto o governo de Netanyahu acelera o roubo de terras palestinas na Cisjordânia e a construção ilegal de unidades residenciais judaicas em território palestino sob cerco e ocupação.

O presidente do Fórum Palestino na Inglaterra (PFB), Hafiz Al-Karmi, renovou o chamado a que o governo britânico reconheça e peça perdão pelo erro histórico contido na Declaração Balfour (documento que serviu de base para a reivindicação colonial judaica sobre a Palestina) e comece a trabalhar pela proteção do povo palestino em sua pátria ocupada.

O porta-voz do PFB, Adnan Humaidan, convocou a



A jovem liderança palestina, Ahed Tamimi, esteve entre os que abriram a marcha

premiê inglesa, Theresa May, a parar de armar e apoiar a ocupação enquanto fecha os olhos para seus crimes, tais como o assassinato do bebê Saba Arar no recente bombardeio israelense a Gaza, a mais recente das dezenas de crianças mortas, somente nos últimos doze meses, desde o início, em março de 2018, da Grande Marcha do Retorno, que reúne manifestantes toda sexta-feira na Faixa de Gaza.

Os manifestantes ingleses portaram cartazes em repúdio ao apoio de Trump ao regime israelense e suas medidas tomadas contra os palestinos, a exemplo do fechamento da embaixada palestina em Washington. Entre os cartazes, o chamado à ampliação do movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel).

O líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, enviou a seguinte declaração de apoio à manifestação:

“Não podemos silenciar ou nos determos diante da contínua negação dos direitos do povo palestino.

O Partido Trabalhista está unido na condenação aos abusos por parte das forças israelenses, incluindo o assassinato de centenas de manifestantes palestinos desarmados em Gaza – a maioria deles refugiados ou familiares de refugiados – exigindo seus direitos.

Na semana que passou, vimos a escalada da violência, durante investidas contra Gaza, matando 25 palestinos, uma violência que também causou a morte de quatro israelenses, o que nos causa tensão e nos alerta para o perigo desta situação ao nos lembrar do risco do retorno a um conflito generalizado, que não podemos permitir que volte a acontecer.

O silêncio de muitos governos, incluindo o nosso, tem sido ensurdecedor. O governo da Inglaterra deveria, ao invés de silenciar, condenar, inequivocamente, a matança de manifestantes, incluindo crianças, enfermeiros e jornalistas e

congelar as vendas de armas a Israel.

Nos colocamos solidários ao povo palestino em sua luta pelos seus direitos, apoiados pelos israelenses que fazem campanhas pela paz e justiça, a exemplo de organizações como B’tselem e Bloco da Paz.

Uma paz sustentada, que produza tranquilidade, justiça e segurança tanto para palestinos como para israelenses é uma necessidade e um interesse que todos nós partilhamos.

A paz não pode ser alcançada enquanto prevalecem a ocupação ilegal e os assentamentos em terra palestina, junto com os múltiplos abusos aos direitos humanos enfrentados pelos palestinos, cotidianamente, pelas ações do governo israelense e em flagrante menosprezo pela lei internacional.

Entendendo o plano do presidente Trump para o Oriente Médio como uma tentativa de enterrar os direitos palestinos a um Estado viável ao lado de Israel, nós vamos chamar o nosso governo, assim como a comunidade internacional a rejeitá-lo de forma decidida.

Nenhum plano de paz pode ter sucesso às expensas dos direitos do povo palestino.

E por isso, que um governo trabalhista vai reconhecer um Estado da Palestina e pressionar pelo retorno imediato a negociações significativas, na busca de um acordo duradouro com base nas resoluções da ONU, na Lei Internacional e na justiça, que por muito tempo tem sido negada”.

Além de Corbyn, outros líderes trabalhistas participaram ou enviaram mensagens de apoio ao ato, entre eles, o deputado Richard Burgeon, que ressaltou: “A Palestina tem o direito de existir, mas é triste ver que este direito tem sido crescentemente ameaçado. Os palestinos devem poder viver livres da expansão constante dos assentamentos em terra que lhes é roubada”.

EFF, partido que defende a retomada das terras usurpadas aos negros durante a colonização e a nacionalização das riquezas minerais, teve o dobro dos votos. Já o neoliberal AD manteve a mesma votação

Com o resultado final, proclamado neste sábado, o Congresso Nacional Africano (CNA), partido fundado por Nelson Mandela, venceu as eleições gerais na África do Sul, obtendo 57,50% dos votos.

Esse resultado dá a vitória a Cyril Ramaphosa, o candidato a presidente e seu principal dirigente. Ramaphosa já ocupa o posto de presidente do país.

O segundo colocado no pleito foi o partido Aliança Democrática, AD, com 23% dos votos. A AD, que tem na minoria branca (de onde saíram os ditadores que dominaram o país no período segregacionista do apartheid) a maior parte de seus eleitores, tem propostas neoliberais para a economia sul-africana.

Enquanto a AD, teve resultado praticamente igual ao do último pleito, o CNA, viu sua vantagem se reduzir. Nas eleições de 2014, o CNA recebeu 62,15% dos votos e agora 57,507%.

EXIGÊNCIA DE MUDANÇAS

O partido que mais cresceu, entre os 48 que se apresentaram, foi o de esquerda, dirigido por Julius Malema, que chegou a 10,51% dos votos (tinha obtido 5% em 2014). Denominado Lutadores pela Liberdade Econômica (EFF), o programa do partido de Malema defende a expropriação das terras usurpadas aos negros no processo de colonização, seguido do apartheid. EFF também advoga a nacionalização das riquezas minerais sul-africanas.

Além de eleger o presidente (pela lei eleitoral da África do Sul, o partido com mais votos, além de obter a maior bancada, indica o presidente), o CNA, consegue também maioria no parlamento. No entanto, o declínio é um recado claro aos herdeiros do legado de Mandela de que estes quatro anos são decisivos para que o CNA mostre mudanças reais na vida dos mais necessitados depois da chegada ao poder.

E por isso, que Ramaphosa, que substituiu Zuma em meio ao mandato, com este envolvido em um vasto leque de denúncias de corrupção e favorecimento de elementos de seu grupo, ao depositar seu voto na urna, mandou uma mensagem aos sul-africanos: “Essa eleição é mensageira de uma nova aurora, de um período de renovação, um período de esperança”.

O Congresso Nacional Africanos (CNA) tem enfrentado um aprofundamento da rejeição popular por sua incapacidade de resolver problemas fundamentais como a pobreza e a desigualdade que, na era pós-apartheid, permanecem em patamar similar ao de antes.

“Demos a eles 25 anos, mas os pobres estão ficando mais pobres e os ricos mais ricos”, declarou a jovem professora, Anmareth Preece, que acrescentou: “Precisamos de um governo que governe para o povo, não para os próprios governantes”.

O desalento com os resultados das gestões do CNA, ao longo dos 25 anos no poder, também foi retratado pela queda no número de eleitores que foram votar: 65,99 % este ano (no primeiro

ano de votação com o fim do apartheid, 88% dos eleitores inscritos votaram, foram 76% em 2004, 77,3% em 2009 e 73% em 2014).

No ano passado, a África do Sul, se mostrou com sua economia estagnada, o seu PIB teve um crescimento de 0,8%. Conseguiu ser mais baixo do que o do Brasil, que depois dos anos de depressão com Dilma à frente do país, teve um crescimento do PIB de 1,1%, com Temer, enquanto que a Rússia teve crescimento de 2,3% e os dois outros integrantes do chamado grupo dos BRICS, Índia e China apresentaram taxas de 6,6% de elevação do Produto Interno Bruto.

O desemprego também é um demonstrativo das insuficiências do CNA em termos de política econômica.

DESEMPREGO

No dia 14 de fevereiro, a África do Sul viveu um dia de greve geral contra o desemprego e privatizações que ameaçam elevar ainda mais a taxa de desocupação. A paralisação atendeu a uma convocação da COSATU (a maior das Centrais Sindicais sul-africanas) que reúne 21 sindicatos nacionais incluindo os dos setores de mineração, educação, saúde, confecções, serviços públicos, transporte, hotelaria e indústrias, num total de 1,6 milhão de trabalhadores filiados a seus sindicatos.

“Vamos continuar a fomentar a luta das forças progressistas para derrotar o massacre neoliberal dirigido contra a classe trabalhadora. Vamos trabalhar para intensificar nossa capacidade de lutar contra esta exploração escancarada”, foi o recado da COSATU ao saudar o sucesso da greve.

“As grandes corporações devem saber que os trabalhadores estão perdendo a paciência com a situação do trabalho e exigem mudanças reais já”, acrescenta a Central.

A greve foi acompanhada de concentrações de dezenas de milhares de trabalhadores nas quais os dirigentes sindicais sul-africanos se encontraram com os trabalhadores para denunciar uma taxa de desemprego oficial de 27% e real (desconsiderando os que fazem bicos ou sobrevivem de empregos por tempo parcial como efetivamente empregados) que alcança os 37%, com 10 milhões de trabalhadores oficialmente reconhecidos como na luta para conseguir emprego. Quando se trata dos trabalhadores jovens a taxa oficial de desocupação chega aos 50%.

Além disso, para os empregados, as condições de trabalho são precárias, o nível de acidentes de trabalho é uma das demonstrações disso. Na construção civil, que responde por 12% do PIB do país, a média e de duas vítimas de acidentes por semana.

Os dirigentes da COSATU também exigiram do governo de Cyril Ramaphosa, com um ano à frente da África do Sul, que atue no sentido de promover uma “significativa distribuição de riquezas, elevar os investimentos em programas sociais e os benefícios aos servidores públicos”.

Hondurenhos rechaçam o “presidente delinquente” que privatiza saúde e educação

Apesar da repressão policial, mil hondurenhos marcharam em Tegucigalpa na última sexta para exigir a renúncia do presidente Juan Orlando Hernández (JOH) e rechaçar o projeto de privatização da saúde e educação.

“Não é um presidente, é um delinquente, fora JOH”, entoaram os manifestantes em passeata até o escritório do Conselho Hondurenho da Empresa Privada (COHEP).

Para a presidente do Colégio Médico de Honduras, Suyapa Figueroa, é hora de ampliar a mobilização e dizer um sonoro não às medidas ditadas pelo FMI e Banco Mundial. “E nosso direito e nossa responsabilidade lutar contra esses decretos que

promovem a privatização dos serviços para o povo”. Nos dias 29 e 30 de abril, os Sindicatos da Saúde e da Educação haviam realizado paralisações e manifestações alertando a população sobre a gravidade das medidas apontadas pelo governo.

“E responsabilidade da sociedade lutar contra a corrupção e esse presidente está afundando o país na pobreza”, declarou o advogado Waldo Rivera.

As manifestações com tochas pelas ruas de Honduras começaram em 2015, no movimento contra a corrupção após a descoberta de um desvio milionário de fundos da Seguridade Social, parcela dele usado para financiamento da campanha de JOH.



Graffiti: Smuconlaw

Pela liberdade de Chelsea Manning Tribunal é obrigado a libertar Chelsea Manning, mas outro júri a intima a depor no dia 16

Maksim Bilinov/Sputnik

Chelsea Manning foi posta em liberdade na quinta-feira (9), anunciaram seus advogados, que haviam apelado contra sua ‘prisão por desacato’ há dois meses por se negar a mentir para incriminar o jornalista Julian Assange, como exigia um júri na Virgínia, até recentemente operando há anos em segredo para extraditar o fundador do WikiLeaks.

No entanto, a perseguição à denunciante de crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão não cessa, já que foi intimada a comparecer no próximo dia 16 perante outro júri. Os EUA pediram a extradição de Assange à Inglaterra por supostamente “tentar ajudar” Manning a “violar uma senha” do Departamento de Estado, no vazamento dos cabogramas da interferência nos assuntos internos de outros países.

“Antes mesmo de sua saída, Chelsea recebeu uma nova intimação”, afirmou o grupo de apoio a Manning The Sparrow Project. “Isso significa que terá de apresentar-se a outro júri na próxima semana”. Manning já anunciou que voltará a se recusar a depor contra Assange.

Não havia desacato algum por parte de Manning em se negar a depor sobre uma questão a que já teve que responder, extensa e detalhadamente, durante a corte marcial a que foi submetida e que a condenou a 35 anos de prisão, sentença iníqua comutada por Obama no final de seu governo.

O que foi plenamente sustentado por seus advogados na apelação, que demonstraram o absurdo jurídico da sentença de que Manning ficaria presa até que falasse. “Mantenho minha recusa a me submeter”, afirmou de forma altiva a presa política, na defesa apresentada por seus advogados.

“A ideia de que eu tenho a chave da minha própria cela é absurda, conforme me deparo com a perspectiva de sofrer de um ou outro modo devido a esta intimação desnecessária e punitiva: posso ir para a prisão ou trair meus princípios”, afirmou Manning na apelação apresentada à corte por seus advogados.

Foi Manning que trouxe aos povos do mundo os arquivos dos crimes de guerra dos EUA, inclusive o tenebroso vídeo “Assassinato Colateral”, em que um helicóptero Apache chacina em 2007 uma dezena de civis desarmados, inclusive dois jornalistas da Reuters e um pai que levava as crianças para a escola numa van e tentou prestar socorro. Todo o massacre foi realizado sob orientação do comando central.

Ela se deparou com essas provas dos crimes de guerra quando era analista de inteligência em uma base no Oriente Médio e tomou a corajosa decisão de mostrá-las ao povo norte-americano e aos povos do mundo.

A libertação de Manning durante pelo menos uma semana confirma a correção da posição dos seus advogados de que a figura jurídica do “desacato civil” não permite a prisão indefinida. A defesa denunciou, ainda, que o propósito real da pressão para forçá-la a testemunhar perante o júri é para minar seu testemunho como testemunha de defesa de Assange.

Não se sabe se o novo júri irá se apegar a qualquer filigrana para enviá-la de novo ao cárcere, na prática violando a apelação que atendeu a Manning.

A denunciante ficou presa por sete anos, enquanto os que cometeram os crimes de guerra que ela mostrou e os que deram as ordens de cometer esses crimes, seguem impunes. Foi torturada por quase um ano, antes de ir a julgamento.

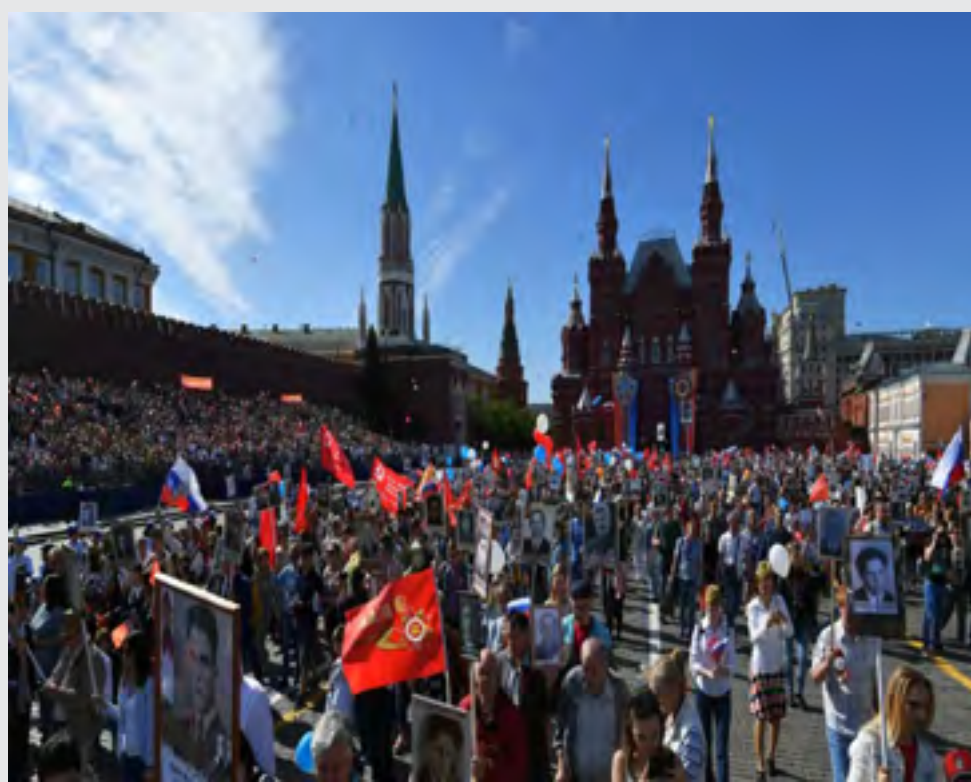
Durante as audiências na corte marcial a que foi submetida em 2013, Manning já dera extenso depoimento sobre sua decisão de levar ao conhecimento do público os malfeitos da ocupação no Iraque e no Afeganistão e já relatara tudo sobre sua interação com o WikiLeaks e Assange.

Como denunciam juristas, entidades de defesa das liberdades democráticas e personalidades dos EUA e do mundo inteiro, a prisão arbitrária de Manning é parte das manobras do regime Trump para punir exemplarmente o jornalista Assange e calar outros possíveis denunciantes de crimes de guerra dos EUA.

Pior ainda, se prevalecer estará criado o precedente de que a Casa Branca poderá exercer a mais drástica censura em qualquer local do planeta – já que nem Assange é norte-americano, nem o WikiLeaks é uma organização jornalística com sede nos EUA. O secretário de Estado Mike Pompeo, ex-chefe da CIA, diz que o WikiLeaks é “uma entidade não-estatal de inteligência hostil”, supostamente fora das proteções da Constituição norte-americana.

O regime norte-americano já acha que pode atacar qualquer país ou sancioná-lo a qualquer hora que queira, e pelo visto, agora quer poder levar a tribunais norte-americanos qualquer um que denuncie seus crimes de guerra.

China retalia tarifas dos EUA após Trump implodir acordo



Moscou reverencia os combatentes que tombaram para vencer o nazifascismo

Milhões em toda a Rússia e em outros países celebram a derrota do nazismo

A bandeira soviética da vitória, que tremulou há 74 anos sobre o Reichstag, voltou à Praça Vermelha lotada neste 9 de Maio, para a comemoração da derrota da barbárie e obscurantismo nazista, celebrada em Moscou e em cada pedaço da Rússia, para homenagear os 27 milhões que tombaram em defesa da liberdade, da pátria socialista e da Humanidade. As comemorações se estenderam por toda a Rússia, reunindo milhões de pessoas nos atos do “Regimento Imortal”, concertos e queimas de fogos, inclusive em outros países.

13 mil soldados participaram do tradicional desfile do Dia da Vitória, aberto com a chegada do lendário tanque T-34, como há décadas em Berlim. Nas manifestações do “Regimento Imortal”, que acontecem desde 2007 na Rússia e em outros países, as pessoas levam retratos dos seus entes queridos, que tomaram seu lugar de honra e sacrifício na Grande Guerra Pátria. Este ano, no Monumento dos Pracinhas no Rio de Janeiro e na avenida Paulista em São Paulo, veteranos da FEB e descendentes de imigrantes russos realizaram ato pela vitória no dia 5.

Na Rússia e entre os demais povos soviéticos, praticamente não há uma só família que não tenha perdido um filho, uma irmã, um marido, um avô, sob a

bestial ocupação nazista e sua guerra de extermínio. Veteranos mais uma vez foram recebidos com todo o carinho pelo povo. Foi para eles a primeira atenção do presidente Vladimir Putin. O ministro da Defesa, Sergei Shoigu, passou em revista as tropas e se uniu na tribuna ao presidente. Foi feito um minuto de silêncio.

Este ano, a parte aérea do desfile não pôde ocorrer, devido às nuvens muito baixas, o que aliviou os imperialistas de terem de rever em ação a aviação de guerra russa, com suas armas hipersônicas, já mostradas ano passado. Mas os sistemas de defesa antiaérea S-400 e os mísseis Iskander e Yars estavam lá para dissuadir os candidatos a Dr. Strangelove dos tempos modernos. O convidado de honra deste ano foi o ex-presidente do Casaquistão, Nursultan Nazarbayev, um dos principais apologistas da União Europeia.

STALINGRADO

Só nos filmes de Hollywood é que o golpe mortal no nazismo foi dado pelos norte-americanos. A um custo inaudito, a União Soviética quebrou a máquina de guerra nazista, que tomara quase como um passeio a maior parte da Europa ocidental. 70 mil cidades e aldeias e dezenas

de milhares de fábricas e fazendas foram destruídas. Só em Stalingrado, os russos sofreram mais baixas que todas as dos norte-americanos e ingleses somadas.

Apesar de todos os encenadores de plantão nas capitais ocidentais, não há como ocultar que foi a União Soviética, sob o comando de Josef Stalin, que sustentou o peso do enfrentamento a Hitler; que parou a até então infalível blitzkrieg às portas de Moscou e virou o jogo em Stalingrado; que destruiu 600 divisões alemãs, 48 mil tanques e 77 mil aviões, com três milhões de soldados hitleristas mortos. Bem antes do Dia-D, os alemães já estavam em fuga, com os soviéticos marchando a Berlim.

A União Soviética venceu também a batalha econômica, suplantando a produção alemã e de seus satélites. Uma façanha só possível porque a URSS, com Stalin, se dedicara a construir sua indústria pesada no estreito prazo de dez anos – ou fazia isso, ou perderia a guerra.

Em seu discurso, Putin expressou a “gratidão ilimitada aos defensores da pátria, que derrotaram o nazismo”. Foi nosso povo – apontou – “quem defendeu, salvou a pátria, tornou-se uma esperança, um baluarte para toda a humanidade, o principal libertador dos povos da Europa”.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br

Para forçar demissões, France Télécom privatizada empurrou 59 funcionários ao suicídio em três anos

Um julgamento chama a atenção da França: o do odiento sistema de perseguição e humilhação institucionalizado na então recém privatizada France Télécom, hoje Orange, para forçar a demissão de 22 mil funcionários considerados “excedentes”, que provocou uma onda de suicídios, e cuja meta foi exposta pelo então executivo-chefe, Didier Lombard: “vamos fazer os cortes de uma forma ou de outra, através da porta ou através da janela”.

Oficialmente, 39 pessoas foram reconhecidas como vítimas pela Justiça no caso em julgamento: 19 cometeram suicídio, 12 tentaram suicídio e oito sofreram depressão grave. Os sindicatos afirmam que o número foi maior. 13 suicídios de funcionários da France Télécom em 2008; 19 em 2009 e 27 em 2010; mais dezenas tentaram o suicídio e o número de casos de depressão grave e burn out [distúrbio de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso] subiu ao teto.

O massacre ocorreu entre 2007 e 2010, e só agora sete executivos estão pres-

tando contas sentados no banco dos réus: Lombard, seu número dois, Louis-Pierre Wenes, o ex-diretor de Recursos Humanos, Olivier Barberot, e mais quatro cúmplices.

A previsão é de que o julgamento vá durar dois meses. Depois de esperarem por mais de dez anos, ex-funcionários, familiares das vítimas e sindicalistas se concentraram nas portas da corte na segunda-feira (6). A CGT, Solidaires e outras centrais são parte da ação contra a Télécom.

Entre os mortos listados pelo Le Monde, há André Amelot, 54, que se enforcou; Camille Bodivit, 48, que pulou de uma ponte; Anne-Sophie Cassou, 42 anos, que ingeriu um coquetel de remédios e álcool; Corinne Cleuziou, 45, que também se enforcou; e Rémy Louvradoux, 56 anos, que se imolou no estacionamento da sede da France Telecom em Mérignac, periferia de Bordeaux, onde trabalhara por 33 anos.

Nicolas Grenoville, 28, se enforcou em sua casa em Besaçon usando um

cabo France Telecom. “Meu trabalho me faz sofrer”, ele disse na mensagem que deixou. “Eu não suporte este trabalho e a France Télécom não se importa”.

As manifestações em 2009 contra a perseguição institucionalizada levaram um ano depois a inspeção do trabalho a constatar a brutalidade da Télécom contra os funcionários, o que foi seguido pela abertura de uma investigação do Ministério Público de Paris por “assédio moral e ameaça à vida de terceiros”.

INFERNO

Conforme as investigações dos promotores, a direção da empresa privatizada decidiu eliminar 22 mil postos de trabalho, mas como os funcionários tinham estabilidade, resolveu promover uma campanha de perseguição em massa, tornando em um inferno a vida desses funcionários, para desestabilizá-los, gerar angústia e depressão, e forçar as demissões.

A ordem era levar os funcionários ao desespero, humilhando-os de todas as formas possíveis... Leia mais em www.horadopovo.org.br

A China “jamais se renderá à pressão externa e tem a determinação e a capacidade para proteger seus direitos e interesses legítimos”, afirmou o porta-voz da chancelaria chinesa, Geng Shuang

Em resposta à escalada de tarifas decretada pelo governo Trump, a China anunciou na segunda-feira aumento de tarifas entre 5% e 25% sobre mais de 5 mil produtos importados dos EUA no valor de US\$ 60 bilhões, que entrará em vigor a partir de 1º de junho. A resposta da China aconteceu uma hora após Trump tuitar advertindo Pequim para “não retaliar – só vai piorar”.

A China “jamais se renderá à pressão externa e tem a determinação e a capacidade para proteger seus direitos e interesses legítimos”, afirmou o porta-voz da chancelaria chinesa, Geng Shuang.

O revise se segue à imploração das negociações sobre o comércio entre China e EUA na semana passada, após o governo Trump aumentar de 10% para 25% a tarifa sobre produtos chineses até US\$ 200 bilhões e ordenar o início do procedimento para sobretaxar todas as importações da China.

A tarifa adicional será de 25% sobre 2.493 itens importados dos EUA, tais como gás liquefeito e gás natural; 20% sobre 1.078 itens, incluindo frutas; 10% sobre 974 itens, tais como legumes e frutos do mar; e 5% por cento em 595 itens, incluindo aviões pequenos.

A declaração acrescenta que o ajuste de tarifas é em resposta ao “unilateralismo dos EUA” e que a China espera que Washington “retorne ao caminho correto do comércio bilateral e consultas econômicas” e se encontre com a China “no meio do caminho”.

CANHONEIRAS

As negociações China-EUA colapsaram na semana passada, após a ‘diplomacia das canhoneiras pelo Twitter’ de Trump praticamente exigir a rendição de Pequim às exigências norte-americanas, basicamente a abertura aos bancos de Wall Street e a drástica limitação do plano chinês de desenvolvimento interno da alta tecnologia.

Rendição que se expressaria em um mecanismo unilateral de sanções, que ficariam em vigor enquanto Washington quisesse, e a instauração nas leis chinesas do diktat norte-americano.

Como registrou o jornal Diário do Povo, “jamais a China perderá o respeito do país, e ninguém deve esperar que a China engula frutos amargos que prejudiquem seus interesses centrais”, em comentário sobre a questão. Mesmo posicionamento do Global Times, porta-voz semi-oficial para as questões mais polêmicas, que assinalou que já que Washington “retomou a guerra comercial, devemos bater duro de volta, para mostrar aos norte-americanos que não ganharão nada através dessa abordagem”.

“Mas também não devemos fechar a porta às negociações”, avalizou o jornal.

Segundo o Wall Street Journal, essa foi a razão que levou o governo chinês a enviar a delegação aos EUA, depois de ponderar várias vezes em não mandar ninguém. A delegação havia sido reduzida e o vice-primeiro-ministro Liu He foi sem a credencial de enviado especial do presidente Xi Jinping e sem poder para fechar nada.

Também o RT registrou que, embora Pequim esteja ciente do volume das relações comerciais com os EUA e não queira perder esse mercado, “o lado chinês deixou claro para Washington que não aceitaria a fixação unilateral dos termos de troca”.

“O lado chinês se concentra no fato de que eles não concordam, resistirão e deixarão claro para os EUA que eles não serão capazes de ditar unilateralmente termos de troca que são benéficos apenas para os EUA”. Antes de partir de Washington, Liu afirmou que a China – ao contrário do que Trump andava postando – “não tinha renegado” compromissos já feitos, e acrescentou que as duas partes ainda estavam no processo de troca de propostas de acordo quando Trump anunciou a alta das tarifas e o rompimento da trégua.

“Nós acreditamos que até que um acordo seja fechado, qualquer mudança é muito natural”, acrescentando que a China não deu para trás em nada, “tínhamos discordâncias sobre alguns textos”.

O principal negociador chinês ressaltou que a China quer um acordo baseado “na igualdade e na dignidade” e que as diferenças remanescentes eram sobre “questões de princípio” não negociáveis.

Como a exigência de um mecanismo unilateral de sanções e a de escrever leis na China para favorecer monopólios norte-americanos ineptos.

“Deixamos muito claro que não podemos fazer concessões sobre questões de princípio. Esperamos que nossos colegas dos EUA compreendam isso”, destacou Liu. “Os números dos compromissos no comércio devem ser realistas, o texto deve ser equilibrado e expresso de uma forma que seja aceitável para o povo chinês e não mine a dignidade e a soberania do país”.

Em um prenúncio dos desenvolvimentos que se seguiram, Liu disse que se os EUA aumentarem as tarifas, então “devemos responder”. “É claro que esperamos que os EUA exerçam a contenção, então a China aderirá a um posição de contenção, também”. Para o vice-primeiro-ministro, a escalada do confronto tarifário “não traz benefícios para os EUA ou a China e não contribui para a resolução dos problemas comerciais e econômicos bilaterais”.

Nos EUA, importantes setores da economia se manifestaram contra a escalada na guerra comercial. “O que isso significa para os plantadores de soja é que nós estamos perdendo. Perdendo um mercado valioso, perdendo preços estáveis, perdendo a oportunidade de bancar nossas famílias e comunidades”, afirmou o presidente da Associação Americana da Soja, David Stephens.

Conforme o Financial Times, a ofensiva tarifária de Trump foi recebida “com desalento” pelos conglomerados norte-americanos com fábricas na China, que já estão sofrendo problemas nas cadeias globais de suprimento. O Citigroup advertiu seus investidores que o aumento das tarifas “poderia pressionar a inflação nos EUA e causar aperto nas condições financeiras”. Na bolsa de Wall Street, as ações da Boeing caíram mais de 3%, após rumores de que a China poderá reduzir a compra dos aviões da gigante norte-americana. Por sua vez, o Wall Street Journal comentou que a política externa de Trump, como tudo no seu governo, estabelece “metas ambiciosas”, na expectativa de que o adversário “irá piscar primeiro”.

Como feito pelo representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, na sexta-feira. “Hoje cedo, sob a direção do presidente, os Estados Unidos aumentaram de 10% para 25% o nível de tarifas sobre as importações chinesas no valor de US \$ 200 bilhões. O presidente também ordenou o início do processo de elevação de quase todas as importações remanescentes da China, estimado em US \$ 300 bilhões”.

Do alto do palanque para 2020, Trump freneticamente se dedicou a provocar o lado chinês. “Não há necessidade de pressa, porque a China está pagando aos EUA um imposto de 25% sobre bens e produtos no valor de US\$ 250 milhões, que vão diretamente para o Tesouro”, postou o presidente bilionário.

A afirmação de Trump de que eram os chineses que estavam pagando a escalada das tarifas não foi sustentada nem seu principal conselheiro em economia, Larry Kudlow.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Caxias e a guerra do Paraguai: retrato do homem no outono de sua vida - 2

Continuação da edição anterior

(...) Se reconhecêssemos o valor de Caxias por atos em uma guerra inútil ou pernicioso, pouco teríamos a reconhecer..

Caxias, realmente, quando chegou ao Paraguai, parou as operações até conseguir vestir e agasalhar, alimentar, apetrechar com armas e munição, treinar, em suma, organizar o caos em que estava o exército.

Somente depois disso – e de algum reconhecimento do terreno – começou a movimentar as tropas.

No discurso abaixo, ele observa que, mesmo assim, pouco se conhecia:

“... nada mais fácil, depois dos fatos consumados, e conhecido o terreno, a força e manobra do inimigo, de longe e com toda a calma e sangue frio, à vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos.

“Mas o mesmo não acontece a quem se acha no teatro das operações, caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturais. E’ preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguai, desde o seu começo, foi feita às apalpadelas. Não havia mapas do país por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimento e explorações para se poder dar um passo”.

Aqui, Caxias estava se referindo aos acontecimentos da batalha de Itororó, uma das mais sangrentas da guerra (em cinco horas de combate, o exército brasileiro sofreu 1.806 baixas, inclusive dois generais, enquanto as perdas paraguaias chegaram a 1.200 homens).

Não existe, para quem estudou a Guerra do Paraguai, do ponto de vista militar – ou, mesmo, apenas se interessou por suas batalhas – episódio mais emocionante que aquele sobre a ponte de Itororó.

“... após quatro horas de combate, quando os brasileiros estavam sendo repelidos pela quarta vez, Caxias ‘desceu a colina de onde comandava a luta, desembainhou a espada e ‘gritando vivas ao Imperador e ao Brasil’ lançou-se sobre a ponte, e nesse ato seu cavalo foi morto pelas balas, assim como vários homens que o acompanhavam’. A pé, ele continuou. Várias testemunhas relatam que, ao passar pela tropa, Caxias ‘deu voz de ‘firme’ e se arrojou sobre aquela posição, e exclamou, de espada desembainhada, ‘sigam-me os que forem brasileiros!’” (v. Caxias: “Sigam-me os que forem brasileiros!”).

Um dos oficiais que combateram em Itororó, o então tenente Dionísio Cerqueira – depois general, ministro das Relações Exteriores, ministro da Guerra e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas – escreveu, em seu livro “Reminiscências da Campanha do Paraguai”:

“Passou pela nossa frente, animado, ereto no cavalo, o boné de capa branca com tapa-nuca, de pala levantada e presa ao queixo pelo jugular, a espada curva, desembainhada, empunhada com vigor e presa pelo fiador de ouro, o velho general em chefe, que parecia ter recuperado a energia e o fogo dos vinte anos. Estava realmente belo. Perfilamo-nos como se uma centelha elétrica tivesse passado por todos nós. Apertávamos o punho das espadas, ouvia-se um murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura, que abaixou a espada em ligeira saudação a seus soldados. O comandante deu a voz firme. Daí há pouco, o maior dos nossos generais arrojava-se impávido sobre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação da sua glória. Houve quem visse moribundos, quando ele passou, erguerem-se brandindo espadas ou carabinas, para caírem mortos adiante.”

Caxias tinha, então, 65 anos. Para a época, em que se vivia bem menos que hoje, era bastante velho.



No entanto, Caxias fora acusado, depois da guerra, pela mortandade em Itororó.

A GUERRA

Vejamos, então, outra questão: qual a importância da Guerra do Paraguai?

Pois, se reconhecêssemos o valor de Caxias por atos em uma guerra inútil ou pernicioso, pouco teríamos a reconhecer.

Mas não se trata disso.

Hoje, temos uma historiografia que recuperou muito das observações, por exemplo, de um Manoel Maurício de Albuquerque (v. M.M. de Albuquerque, **Pequena História da Formação Social Brasileira**, Graal, 1981, pp. 396 a 414):

“Em termos de importância, as ligações em Londres e em Paris assumiam papel preponderante. Ainda que a Inglaterra não fosse a maior consumidora de produtos brasileiros, era, no entanto, quem dominava o mercado importador nacional. Esta dominância, que se estendia às demais unidades sociais latino-americanas e mesmo aos Estados Unidos, não nos autoriza, no entanto, a reduzir a ação diplomática do Império Brasileiro a uma simples execução das diretrizes externas britânicas. Nas relações de dependência-dominância que articulavam os Governos do Rio de Janeiro e de Londres existia, implicitamente, uma tensão inevitável, que não só se manifestou em conflitos diretos, como também, em conjunturas específicas, se representou numa ação mais autônoma e em desacordo com os interesses ingleses, principalmente no Rio da Prata” (cf. Manoel Maurício de Albuquerque, **op. cit.**, p. 396, grifos nossos).

Em um artigo bastante interessante sobre a historiografia da Guerra do Paraguai, Francisco Doratioto observa, com bastante justiça: “... o Império mobilizou brasileiros de todas as províncias para a luta e, pela primeira vez na história do Brasil independente, se combateu pela mesma causa de norte a sul do país” (cf, Francisco Doratioto, “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 13/01/2009, grifo nosso).

Não tentaremos tirar, agora, as decorrências dessa observação – até porque outros já o fizeram. E o leitor poderá, por si mesmo, chegar às suas conclusões.

Resta dizer que aquela tropa mesclada – negros, mulatos, brancos, caboclos – era bem a mostra do povo brasileiro em formação.

A nova geração de oficiais no Paraguai – Deodoro, Floriano – seria depois a velha geração que proclamaria a República.

O sentimento de que somos um único povo, que ao Exército não cabe o papel de “capitão do mato”, formou-se – ou acabou de formar-se – nessa longa campanha do Paraguai.

TESTAMENTO

Caxias tinha 67 anos quando proferiu o seu discurso de defesa no Senado.

Depois, ele ainda voltaria, em 1875, com 72 anos, à presidência do Conselho de Ministros do Império, quando Pedro II meteu-se em mais um sarilho: a Questão Religiosa.

O próprio Caxias era maçom – e a maçonaria era o alvo dos bispos



católicos “ultramontanos”, que foram presos pelo Império. Mas foi somente a ele que Pedro II recorreu, como, depois, o duque contou a uma de suas filhas:

“Minha querida filha, 17 jul 1875.

“Só hoje, que é domingo, me deixaram um instante disponível para responder sua carta de 3 do corrente.

“Estou, minha cara filha, apesar de todos os meus protestos em contrário, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho.

“Você deve fazer ideia dos apuros em que me vi para cair nesta asneira e creia que quando me meti na sege para ir a São Cristóvão, a chamado do Imperador, ia firme em não aceitar; mas Ele, assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que eu lhe dissesse que aceitava o cargo de ministro e que se me negasse a fazer-lhe esse serviço, que Ele chamava os liberais e que havia de dizer a todos que eu era o responsável pelas consequências que daí resultassem, mas disse tudo isto tendo-me preso com os seus braços.

“Ponderei-lhe as minhas circunstâncias, a minha idade, a incapacidade, a nada cedeu.

“Para me poder libertar dele era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer; abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência que Ele se havia de arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e desgostos; mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas que o não abandonasse, porque então Ele também nos abandonaria e se iria embora!!

“Que fazer minha querida Anicota, senão resignar-me e morrer no meu posto! E acresce que eu já tenho arriscado tantas vezes a minha vida por Ele, que mais uma na idade em que estou pouco sacrifício será.

“Seu pai que muito a estima, Luiz.”

Depois dessa missão, ao sair, em janeiro de 1878, do governo, era um homem amargurado com o Império; a vida política lhe parecia algo medíocre; o país lhe parecia ir muito mal, e ele se sentia sem forças para enfrentar tal situação; o imperador, a quem sempre servira, parecia-lhe mais nulo do que nunca.

Mas tudo isso, que se pode perceber na carta à filha, já vinha de antes.

Tanto assim que, em seu testamento, datado em 23 de abril de 1874 – portanto, antes de assumir pela última vez a presidência do Conselho de Ministros – ele pede:

“Recomendo (...) que meu enterro seja feito, sem pompa alguma, e só como irmão da Cruz dos Militares, no grau que ali tenho. Dispensando o estado da Casa Imperial, que se costuma a mandar aos que exercem o cargo que tenho.

“Não deseje, mesmo, que se façam convites para o meu enterro, porque os meus amigos que me quiserem fazer este favor, não pre-

cisam dessa formalidade e muito menos consintam os meus filhos que eu seja embalsamado.

“Logo que eu falecer deve o meu testamenteiro fazer saber ao Quartel General, e ao ministro da Guerra, que dispenso as honras fúnebres que me pertencem como Marechal do Exército e que só desejo que me mandem seis soldados, escolhidos dos mais antigos, e melhor conduta, dos corpos da Guarnição, para pegar as argolas do meu caixão, a cada um dos quais o meu testamenteiro, no fim do enterro, dará 30\$000 de gratificação.”

Este era o homem que, no dia 15 de julho de 1870, contra o seu costume, levantou-se para uma intervenção mais longa.

CARLOS LOPES

Senado do Império – Sessão de 15 de julho de 1870

O SR. DUQUE DE CAXIAS (Atenção): – Não pedi a palavra, Sr. presidente, como era de presumir, para me opor a nenhum dos períodos da resposta à fala do trono: voto por todos eles, especialmente por aquele que contém bem merecidos elogios ao augusto príncipe que comandou o exército na última fase da guerra. Pedi a palavra, Sr. presidente, para defender-me das inúmeras acusações dirigidas contra mim nesta casa, em minha ausência, e posto tenha consciência de que meus generosos amigos responderam vitoriosamente a todas elas, todavia cumpreme dar algumas explicações relativamente a fatos que se passaram comigo e só por mim podem ser explicados. Aprovo, portanto, a ocasião de responder às três perguntas que me fez o nobre ex-presidente do conselho.

Antes, porém, de tratar destes assuntos, o Senado me permitirá que exponha o histórico de tudo quanto se passou comigo, desde o começo da guerra declarada ao Brasil pelo ditador do Paraguai.

Apenas chegou aqui a notícia dessa declaração, fui procurado pelo nobre ministro que então dirigia a repartição da guerra. Disse-me S. Ex. que, tendo instantemente de organizar o exército que devia marchar para o Paraguai, via-se embaraçado acerca das providências que cumpria tomar quanto antes. Conquanto fosse o nobre ex-ministro, como todos reconhecem, um homem de inteligência, engenheiro abalizado, não tinha contudo prática de organizações de exércitos; não conhecia o pessoal de nossas forças; não sabia ainda qual o material existente, nem o necessário para a guerra que fíamos empreender; e, pois, exigia de mim que em tudo o coadjuvasse.

Escusado é dizer, Sr. presidente, que pus-me imedia-

tamente à disposição deste nobre ministro que, como o Senado já deve saber, era o honrado Sr. Beaurepaire Rohan. Desde esse momento propus-me coadjuvá-lo por todos os modos possíveis. S. Ex. pediu-me imediatamente um plano de organização do exército; dei-lho; pediu-me um plano de campanha; também lho dei, como se prova com estes documentos, que não leio para não abusar da atenção do Senado:

“1ª diretoria. – 1ª seção. – Ministerio dos Negócios da Guerra, em 20 de Janeiro de 1865.

“Illm. e Exm. Sr. – O governo imperial deseja ouvir a opinião de V. Ex. a respeito dos seguintes quesitos:

“1º) A que número de praças das diferentes armas deveremos elevar o nosso exército, em relação à guerra com o Estado do Paraguai?

“2º) Quais os recursos de que devemos lançar mão para que esse exército se possa organizar com presteza?

“3º) Qual o melhor plano de campanha a adotar-se para assegurar o triunfo de nossas armas?

“4º) Se acha conveniente que os corpos que vão chegando das províncias do Norte sigam imediatamente a se reunirem ao exército em operações, ou se convém antes demorar-los na Corte para serem convenientemente exercitados.

“Além destes quesitos, espero que V. Ex. me comunicará qualquer ideia sua que possa interessar nossos preparativos de guerra, quer em relação ao ataque, quer em relação à defesa de alguns pontos da nossa fronteira.

“Deus guarde a V. Ex. – Henrique Beaurepaire Rohan – Sr. marquês de Caxias.”

“Cópia. – Illm. e Exm. Sr. – Respondendo aos quesitos, que V. Ex. fez-me a honra de propôr em seu aviso de 20 do corrente, cumpre-me dizer:

“Quanto ao 1º: É minha opinião que o nosso exército deve ser elevado, quanto antes, a 50.000 homens, sendo 35.000 de infantaria, 10.000 de cavalaria e 5.000 de artilharia; devendo-se desta força empregar 45.000, das três armas, em operações contra o Paraguai, ficando 5.000 como reserva nas províncias de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

“Quanto ao 2º. Parece-me que o mais eficaz e certo é recorrer à Guarda Nacional de todo o Império, tirando dela, em proporção de sua força, as praças de pré que forem precisas para completar os corpos de 1ª linha, que deverão ser elevados ao número marcado no plano que já tive a honra de remeter a V. Ex.; criando-se, além disso, corpos provisórios de Voluntários da Pátria da

Duque de Caxias, foto de 1877, aos 74 anos

mesma força e organização, nos quais se poderão admitir oficiais da Guarda Nacional com exceção dos maiores, ajudantes e quartéis mestres, que deverão ser tirados dos de 1ª linha, que ali irão servir, por comissão, nesses postos, como instrutores.

“Quanto ao 3º. Julgo que convém dividir o exército em três colunas, ou corpos de exército, devendo o principal marchar pelo Passo da Pátria no Paraná, pela estrada mais próxima e paralela ao rio Paraguai, com direção a Humaitá, e daí a Assunção. Esta força deverá operar de acordo com a nossa esquadra, que subir o rio Paraguai, batido Humaitá, nosso exército deve continuar sua marcha a todo transe até a capital do Paraguai, combinando seus movimentos com as forças de Mato Grosso, as quais deverão perseguir o inimigo que tiver invadido a província, até a linha do Apa, esperando aí as ordens do general em chefe do exército do Sul, para, de acordo com ele, descer até onde convier. E a outra coluna, que não deverá ser menor de 6.000 homens, marchará por S. Paulo com direção à província de Mato Grosso, fazendo junção com as forças que já guarnecem aquela província, as quais calculo em 4.000 homens. Esta coluna deverá operar por Miranda, com o fim não só de assegurar as cavalhadas e gados que existem por esse lado, como para obrigar o inimigo a distrair forças de sua base de operações, e facilitar assim a entrada do grosso do nosso exército, que deve invadir pelo lado de Humaitá.

“Uma outra coluna, ou corpo de exército, deve chamar a atenção do inimigo pelo lado de S. Cosme, Itapua, ou S. Carlos, para que, não só não possa ele cortar-nos a retirada pelo Passo da Pátria, no caso de revés no Humaitá, como para que não convirja com todas as suas forças sobre esse ponto quando atacado pelo nosso exército. Este movimento deverá competir às nossas forças que guarnecem a fronteira de S. Borja e deverão constar, pelo menos, de 10.000 homens das três armas, e ser bem comandadas.

“Quanto ao 4º. Cumpre-me observar a V. Ex. que estando os corpos muito mal instruídos e precisando de fardamentos, armamentos e equipamentos novos, para poderem entrar em operações de guerra, convirá muito que sejam aqui demorados, enquanto adquirem a indispensável instrução, principalmente os novos recrutas que se lhes forem incorporando, pois que, em operações de campanha, não há tempo nem meios de poder ensinar paisanos, que, não estando ainda habituados a esses trabalhos, muito o estranharão, e não poderão, talvez, suportar as marchas contínuas, e ao mesmo tempo o afadigoso ensino dos primeiros rudimentos militares.

“Creio ter respondido com franqueza aos quesitos que me foram feitos, não me ocorrendo, por ora, mais coisa alguma a este respeito, pois que, já em forma de apontamentos, tive ocasião de lembrar a V. Ex. muitas providências que julguei dever o governo tomar com tempo, afim de poder com vantagem realizar as operações de guerra que projeta contra o Estado do Paraguai.

Continua na próxima edição